

## 1. O GOVERNO DO GENERAL EURICO GASPAR DUTRA (1946-1951)

### ❑ A Constituição de 1946

Em 18 de setembro de 1946, um Congresso Constituinte promulgou a quarta Constituição republicana, quinta do Brasil, apresentando as seguintes características: federação, regime representativo, presidencialismo, fortalecimento da União, presidente eleito por cinco anos, três senadores por Estado, voto universal obrigatório para maiores de 18 anos (exceto analfabetos, soldados, cabos e índios), criação do Tribunal Federal de Recursos. O capítulo social assegurou uma série de benefícios trabalhistas, garantidos pela Carta de 1934, e o direito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Esse direito ficou letra morta porque não foi regulamentado por lei ordinária. A organização sindical de natureza pelega foi conservada, mantendo-se a unicidade e o imposto sindical. O direito de greve foi reconhecido, mas prevaleceu o Decreto presidencial que proibia as greves em "atividades essenciais," impedindo, na prática, as greves no Brasil.

### 2. CONSERVADORISMO E POLÍTICA EXTERNA

A vitória eleitoral do general Eurico Gaspar Dutra colaborou para a execução de uma política conservadora. Em seu governo, procurou unir os partidos de centro e formar "uma muralha ao perigo vermelho", rompendo relações com a URSS, deixando o Partido Comunista na ilegalidade e cassando seus representantes nas Câmaras Legislativas. Externamente, Dutra consolidou a aliança com os EUA. Durante a visita do



*Eurico Gaspar Dutra, eleito, em 1945, pela coligação PSD-PTB, obteve 3.251.507 votos, numa população de 46,2 milhões de habitantes, dos quais 13,4% possuíam direito a voto.*

presidente norte-americano ao Brasil, Harry Truman, foi assinado o Tratado de Assistência Recíproca e criada a Comissão Mista Brasil-EUA. Com exceção das perseguições aos comunistas, o quinquênio presidencial do general Dutra transcorreu num clima de relativa paz política, com o aparecimento de partidos e o retorno do País à normalidade administrativa.

### 3. POLÍTICA ECONÔMICA

Inicialmente, Dutra adotou uma política econômica liberal, não intervencionista, aproveitando-se da estabilidade gerada pela Segunda Guerra Mundial. No início de seu mandato, a pauta de importação elevou-se extraordinariamente: importação de bens supérfluos e de materiais de reposição à maquinaria desgastada (a importação estivera bloqueada em razão da Segunda Guerra Mundial).

Ao mesmo tempo, a elevação dos preços internacionais do café e das matérias-primas resultou em vultoso saldo na balança comercial, reequilibrando nossas contas externas. Entretanto, a liberação das importações, em pouco tempo, consumiu nossas reservas cambiais. A volta da inflação e o *deficit* da balança de pagamentos obrigaram o governo a mudar sua política econômica. As importações de bens de consumo foram limitadas e as licenças de importação praticamente se restringiram a equipamentos, combustíveis e maquinaria, estimulando a industrialização. Entre 1948 e 1950, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 8% ao ano. No contexto dessa nova política econômica, surgiu o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), cuja finalidade era coordenar os gastos públicos e eliminar pontos de estrangulamento da economia. A pavimentação da Rodovia Rio-São Paulo (Presidente Dutra); a abertura da Rodovia Rio-Bahia e a instalação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (exploração da Cachoeira de Paulo Afonso) foram resultados positivos desse Plano.

### 4. SUCESSÃO PRESIDENCIAL

A sucessão de Dutra começou a ser articulada antes de o presidente completar metade de seu mandato. Enquanto a UDN preparava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, Getúlio Vargas, com o apoio do PTB, do PSP e da máquina do PSD, cujo candidato oficial foi "cristianizado", ou seja, abandonado pelo partido, convenceu o eleitorado a elegê-lo presidente, retomando o discurso nacionalista, paternalista e industrialista que o manteve no poder entre 1930 e 1945.

### INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL DE 1929 A 1952 (Milhões de dólares)

Ano	Valor
1929	194
1936	194
1943	233
1946	323
1949	588
1950	644
1951	803
1952	1.013

## 5. O GOVERNO DE GETÚLIO DORNELLES VARGAS (1951-1954)

### Política econômica nacionalista



O petróleo foi um dos elementos da bandeira nacionalista de Vargas.

De volta ao Palácio do Catete, Vargas adotou "uma fórmula nova e mais agressiva de nacionalismo econômico, tanto aos aspectos internos quanto aos externos dos problemas brasileiros. No campo interno, sublinhava a necessidade de empresas públicas como instrumento básico de

investimento" (Thomas Skidmore). Em dezembro de 1951, o presidente enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para a criação de uma empresa petrolífera de capital misto (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) para monopolizar a prospecção de petróleo e o controle das refinarias, ressaltadas as refinarias já existentes e a distribuição dos derivados do petróleo, que continuariam em mãos de particulares. A proposta provocou uma campanha acirrada que dividiu as opiniões entre intelectuais, militares, homens de negócio e políticos, até que o substitutivo da UDN foi, finalmente, transformado em lei e sancionado por Getúlio em 3 de outubro de 1953. A maioria da população era favorável à criação dessa estatal, mas o tom agressivo dos que lideravam a campanha ("o petróleo é nosso") dava a impressão de uma cruzada apaixonada para assegurar a emancipação do Brasil de sua condição de país periférico. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o projeto de criação da Eletrobras também fazem parte da política nacionalista, industrialista e estatizante do novo governo de Getúlio.

## 6. AS OPOSIÇÕES

Embora Vargas tivesse o apoio político do PTB e do PSD; dos militares nacionalistas; de segmentos da burguesia e da elite agrária; dos sindicatos e de parte das massas urbanas, seu governo sofreu forte oposição. No meio político, o foco da oposição era a UDN. Para esse partido, "a indústria e a agricultura deveriam desenvolver-se livremente, de acordo com as forças do mercado, além de valorizar o capital estrangeiro, atribuindo-lhe o papel de suprir as dificuldades naturais do País. Quanto à política externa, o partido, ao lado das correntes das Forças Armadas, era o maior defensor do alinhamento com o bloco ocidental, liderado na Guerra Fria pelos Estados Unidos" (Francisco Carpi). Na imprensa, as críticas e acusações a Getúlio foram nucleadas pelo político ude-nista e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda.

## 7. O FIM DA ERA VARGAS

O Estado populista, criado por Vargas, tinha o apoio das massas urbanas e do sindicalismo pelego. Porém, o crescimento da inflação anual, que passou de 11,9% em 1951 para 20,8% em 1953, deteriorando o salário, gerou uma onda de greves em todo o País. Para neutralizar o movimento grevista e manter a imagem de "Pai dos Pobres", Getúlio nomeou João Goulart (Jango) para o Ministério do Trabalho e este propôs um aumento de 100% para o salário-mínimo. A reação conservadora foi imediata e o governo acusado de querer implantar uma "ditadura sindicalista", a exemplo do peronismo argentino. O Manifesto dos Coronéis e as pressões políticas obrigaram Getúlio a reformular, mais uma vez, o seu ministério. Contudo, a crise político-institucional não foi superada. As oposições, reunindo elementos das Forças Armadas e da UDN, fundaram a "Cruzada Democrática" com o objetivo de derrubar o presidente.

### Uma CPI para derrubar Vargas

Todos os partidos designaram membros para fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que, a pedido de Wainer, iria averiguar as irregularidades do jornal *Última Hora*. A presidência da Comissão coube ao deputado Castilho Cabral do PSP (de Ademar), a UDN indicou os deputados Aliomar Baleeiro e Guilherme Machado, e o PSD/PTB, os deputados Ulisses Guimarães e Frota Aguiar. O clima era de intriga e traição. "Essa comissão acabaria por se transformar num tribunal inquisitorial não apenas contra Wainer, mas contra o próprio Getúlio (...) [passando a ser controlada pela UDN de Carlos Lacerda], pois tanto o seu presidente, Castilho Cabral, como o representante do PTB, Frota Aguiar, haviam-se bandeado para o lado da UDN (...) e (...) Ulisses Guimarães [PSD] se desinteressara completamente do assunto. (...) À margem da Comissão (...), Carlos Lacerda criara sua própria máquina de difamação, calúnias, insultos e acusações (...). Lacerda realizou uma campanha de mobilização que superava mesmo as (...) de seu mestre (...),



Em 25 de agosto de 1954, o próprio Getúlio Vargas viria uma das importantes páginas da história brasileira: ao suicidar-se, elimina também um projeto de desenvolvimento autônomo da economia brasileira.

o Senador MacCarthy [dos EUA]. (...) [No próprio Palácio do Catete], um aliado secreto de Lacerda, nada menos do que Lourival Fontes, Chefe da Casa Civil de Vargas, antigo diretor do DIP na ditadura, alimentava o crescente alarmismo (...). A CPI trabalhava a todo o vapor para o *impeachment* de Getúlio Vargas.” (Hélio Silva). Uma das principais acusações feitas a Wainer referia-se às “facilidades” de crédito para o *Última Hora*, obtido em estabelecimentos oficiais, como o Banco do Brasil. Essa acusação ganhou destaque nos principais jornais, que, não obstante, também eram devedores do Banco do Brasil. Segundo afirma Hélio Silva, *O Globo*, por exemplo, havia levantado no Banco do Brasil mais de 1 milhão de dólares, entre 1950 e 1952, e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, deviam, em 1953, 162 milhões de cruzeiros ao mesmo banco. Mas nada disso foi levado em conta e o *Última Hora* foi acusado de ter conseguido ilícitamente um financiamento de 250 milhões de cruzeiros. Por ter se recusado a dar os nomes de seus financiadores (um deles era o conde Francisco Matarazzo), Wainer acabou passando dez dias na cadeia, por

“desacato ao Congresso”. Chamado a depor na CPI, Matarazzo afirmou que financiara Wainer: “Era dinheiro meu, e eu não tenho que dar satisfação disso a ninguém”. E perguntou a um dos inquisidores: “O senhor conhece, por acaso, algum dono de jornal do Brasil que seja pobre?” Apesar do escândalo e das intrigas, nada de palpável foi obtido pela CPI que pretendia incriminar Wainer e derrubar o governo.

## 8. AGOSTO

### □ O episódio da Rua Toneleros

No dia 5 de agosto de 1954, o pistoleiro Alcino do Nascimento, a mando de Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial, atirou no jornalista Carlos Lacerda, considerado o pivô das oposições. O atentado fracassou, mas uma bala matou seu acompanhante, o major da Aeronáutica Rubens Vaz. Este fato desestabilizou completamente o governo, aumentando as pressões para que o presidente renunciasse.

### □ O suicídio (24 de agosto de 1954)

Vargas perdeu o apoio das Forças Armadas. Um manifesto à nação, assinado por 27 generais do Exército, exigiu sua renúncia. Fortemente deprimido e sob pressões generalizadas, Getúlio Dornelles Vargas suicidou-se, nos seus aposentos do Palácio do Catete, com um tiro no coração. Este ato teve um profundo significado político, sinalizando a crise do Estado populista no Brasil.

## 9. A CARTA-TESTAMENTO

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam – e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e fi-

nanceiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo



*do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue*

*terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu*

*ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”*

## 10. CRONOLOGIA

**1945** – Getúlio Vargas renuncia, sob pressão militar.

- Eleições gerais e vitória do general Eurico Gaspar Dutra.

**1946** – Instalação da Constituinte Congressual.

- Promulgação da nova Constituição.

**1947** – Rompimento das relações com a URSS.

- Fechamento do PCB.

- Plano SALTE.

**1948** – Cassação dos parlamentares comunistas.

**1950** – Eleições presidenciais e vitória de Getúlio Vargas.

**1950** – Getúlio Vargas é eleito presidente da República; é inaugurada a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora do Brasil.

**1951** – Aprovado o Plano Quinquenal de Horácio Lafer, com o apoio do BNDE.

**1952** – Decreto impõe limite de

10% para a remessa de lucros ao exterior.

**1953** – Greve dos 300 mil em São Paulo; reforma do Ministério: Jango (Trabalho), Aranha (Fazenda) e Tancredo (Justiça); criação da Petrobras.

**1954** – Vargas propõe a criação da Eletrobras; atentado da Rua Toneleiros; militares exigem a renúncia de Getúlio; Vargas suicida-se em 24 de agosto.

## MÓDULO 50

## De Café Filho a Juscelino Kubitschek

### 1. PRESIDÊNCIA DE CAFÉ FILHO (1954-1955)

Em 1955, no governo de Café Filho, realizou-se a eleição presidencial. Venceu a coligação PSD-PTB, partidos representados, respectivamente, por Juscelino Kubitschek (ex-governador mineiro), como candidato à Presidência da República, e por João Goulart (ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e seu herdeiro político) para a Vice-Presidência. A UDN lançara como candidato o general Juarez Távora, que recebeu 30% dos votos. Ademar de Barros, pelo PSP, e Plínio Salgado, pelo PRP, receberam, respectivamente, 26% e 8% dos votos totais. No início de novembro de 1955, um incidente militar de natureza disciplinar pôs em divergência o presidente e seu ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. Quando Café Filho, por motivos de saúde, afastou-se temporariamente da Presidência da República, assumiu o cargo o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este tentou substituir o general Lott, que reagiu chefiando um imediato movimento militar para a deposição do presidente interino (Carlos Luz), na madrugada do dia 11. Apoiado na Marinha e na Aeronáutica, Carlos Luz deixou o Rio

de Janeiro a bordo do cruzador "Tamandaré". Mas o Congresso Nacional declarou-o impedido de continuar na chefia do Estado e entregou o exercício da Presidência da República ao segundo substituto legal de Café Filho: o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos.

Observação: De acordo com a Constituição de 1946, o Senado era presidido pelo vice-presidente da República – no caso, Café Filho. Quando este assumiu a Presidência da República, em consequência da morte de Getúlio Vargas, a chefia daquela casa do Congresso passou para o vice-presidente desta, senador Nereu Ramos.

Em 21 do mesmo mês, Café Filho quis reassumir seu cargo, mas foi obstado por forças do Exército. Pressionado pelos militares, o Congresso declarou o impedimento também do presidente da República. Finalmente, em 31 de janeiro de 1956, Nereu Ramos transmitiu o governo para Juscelino Kubitschek.

### 2. PRESIDÊNCIA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

Com a posse de Juscelino – que manteve o poderoso general Lott à frente do Ministério da Guerra –, ini-

ciou-se uma das fases mais importantes da história econômica do Brasil. Os anos de 1956 a 1960 assistiram a amplas transformações na economia do País. A política econômica governamental desse período foi sistematizada no Plano de Metas. E sua execução, segundo uma análise de Carlos Lessa, provocou uma “transformação qualitativa” na economia brasileira. Além disso, o Plano de Metas constitui provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada.

A construção de Brasília – nova capital do País, prevista desde a Constituição de 1891 – converteu-se em símbolo do “desenvolvimento juscelinista”. A obra foi confiada ao famoso arquiteto Oscar Niemeyer e ao urbanista Lúcio Costa e sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1960. Outra grande realização, ainda que com resultados menos espetaculares, foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

De seu *slogan* “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, Juscelino foi bem-sucedido ao menos no que se refere à produção industrial, a qual se expandiu amplamente (cerca de 80% entre 1955 e 1961) e –





*Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 pela coligação PSD e PTB, obteve 3.077.411 votos, numa população de 58,4 milhões de habitantes, dos quais 15,6% possuíam direito a voto.*

o que é mais importante – com predominância da produção de bens de capital (siderurgia, indústria mecânica, de material de transporte etc.). O governo Kubitschek adotou uma política econômica que consolidou e expandiu o "capitalismo associado" (ou "dependente") brasileiro. Durante a era getuliana, teria havido uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional; com Juscelino, o governo optou pelo desenvolvimento econômico dependente do capital internacional – dentro da tendência pendular que tem caracterizado a história econômica recente no Brasil. Assim, as realizações juscelistas produziram "um amplo e profundo surto de internacionalização da economia brasileira" – ou seja, uma mudança qualitativa. O apoio financeiro estrangeiro para tais empreendimentos foi obtido com a Instrução n.º 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), baixada pelo governo Café Filho. De acordo com

essa norma, bens de capital (máquinas e equipamentos) estrangeiros seriam admitidos no País como se fossem capital financeiro, o que facilitaria a remessa de lucros para suas matrizes. Essas condições extremamente favoráveis atraíram as grandes empresas internacionais. Em consequência, o controle externo sobre os mais importantes ramos industriais atingiu altas proporções, com tendência de crescimento (na indústria automobilística, de cigarros e de eletricidade, variava de 80 a 90%). Tal esquema tendia a comprometer o equilíbrio externo da economia nacional, uma vez que as remessas de recursos para o exterior (lucros, royalties etc.), por meio das empresas estrangeiras instaladas no País, em breve superariam os valores aqui introduzidos pelo investimento original.

Juscelino tentou financiar seus projetos com empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas recusou-se a aceitar a supervisão daquela entidade sobre os investimentos governamentais; em consequência, acabou rompendo com o FMI e precisou subsidiar suas realizações com uma política francamente emissionista. Essa decisão redundou na alta da inflação e no crescimento da insatisfação popular, a qual se refletiu na intensificação do movimento sindical e estudantil, bem como no início da agitação camponesa. E, como resultado dessa conjuntura, para suceder a JK foi eleito um candidato de oposição – pela primeira vez em nossa história republicana.

#### ❑ A UNE e o presidente

"Uma greve de ônibus aqui no Rio de Janeiro, um motorista morto, a polícia completamente alvoroçada, os

estudantes em pé de guerra, de repente um convite pra ir ao Palácio do Catete conversar com o presidente. (...) Quando eu cheguei na sala de reunião ministerial (...), ele [JK] imediatamente se levantou e me pôs sentado na cadeira presidencial. E sentou-se à direita, num lugar reservado ao ministro da Fazenda. (...) Logo foi me dizendo: 'Olha, Marcos, nós estamos numa situação...' (Nós estamos, quer dizer, um plural envolvente...) 'Estamos numa situação extremamente delicada e eu quero lhe expor uns fatos de que eu tenho conhecimento, que evidentemente você não pode ter, porque você não é o presidente da República. (...) Olha, eu não quero influir sobre sua decisão, mas você faça o que você acha que convém melhor ao país. Se vocês acham que devem contribuir pra minha queda do governo, vocês prossigam na greve, porque o desdobramento será o seguinte: eu terei que demitir hoje o Parsifal' (o Parsifal Barroso, que era então ministro do Trabalho), 'e em seguida começa um processo de crise dentro do governo que vai terminar me excluindo do poder. Agora, se vocês estão conscientes, participando desse processo, então vocês prossigam. Se vocês não estão, tomem consciência. Mas a decisão é de vocês, porque o que eu vou fazer seria exatamente, tenho certeza, o que você faria, porque nós já temos compromissos com a nação'. Foi o que ele disse. Isso dito pra um jovem que evidentemente só tinha compromisso com a nação mesmo, como todo o movimento estudantil, foi uma coisa terrível."

(Depoimento de Marcos Heusi Neto, pres. da UNE em 1957, no filme *Os Anos JK, uma Trajetória Política*, de Sílvio Tendler.)

### 3. CRONOLOGIA

**1954** – Suicídio de Vargas e posse de Café Filho na Presidência da República.

**1955** – Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República; Café Filho adoece e seu substituto, Carlos Luz, é deposto pelo general Lott.

**1956** – Juscelino Kubitschek toma posse como presidente da Repú-

blica; é criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA); oficiais da Aeronáutica sublevam-se contra o governo em Jacareacanga.

**1957** – É iniciada a construção de Brasília; greve operária com 400 mil trabalhadores reivindicando reajuste salarial.

**1958** – JK propõe que os EUA patrocinem um programa de desenvolvimento para a América Latina.

**1959** – Juscelino Kubitschek rompe com o Fundo Monetário Internacional (FMI); aprovado o projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); oficiais da Aeronáutica rebelam-se contra o governo em Aragarças.

**1960** – Brasília é inaugurada como nova capital do Brasil; vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais.



## 1. INDEPENDÊNCIA DE CUBA E IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Cuba foi a última colônia hispano-americana a conquistar sua independência. Mesmo assim, sua emancipação política resultou de uma guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, em 1898. Os cubanos apenas substituíram os antigos senhores pelos norte-americanos. Basta dizer que a Constituição cubana incluiu uma lei aprovada pelo Congresso norte-americano: a Emenda Platt, que estabelecia, entre outras coisas, que o governo de Cuba nunca deveria ingressar em nenhum tratado ou outro pacto estabelecido com qualquer potência estrangeira; que o governo de Cuba deveria permitir que os Estados Unidos exercessem o direito de intervir a fim de preservar a independência do país; que todos os decretos dos Estados Unidos em Cuba durante sua ocupação militar deveriam ser ratificados e validados.

Essa postura dos Estados Unidos enquadrou-se no âmbito do “*Big Stick Policy*” e foi adotada pelo presidente Theodore Roosevelt, sendo também responsável pela dependência do país ao capitalismo norte-americano.

Após vários anos de subserviência aos Estados Unidos, com governos militares articulados com interesses imperialistas, em 1933 chegou ao poder, por meio de um movimento popular com o apoio dos comunistas, o Dr. Ramón Grau San Martín. O novo governo revogou a Emenda Platt; criou o Ministério do Trabalho; concedeu o direito de voto às mulheres e deu autonomia às universidades.

## 2. A DITADURA DE FULGÊNCIO BATISTA

A oposição ao governo progressista de San Martín foi encabeçada pelo sargento Fulgêncio Batista, mais tarde eleito presidente de Cuba, representando os interesses norte-

-americanos. A longa ditadura de Batista foi interrompida em 1944, quando o Partido dos Autênticos reelegeu San Martín, e, em 1948, quando Prio Socarrás tornou-se presidente, sendo deposto pelo próprio Batista.

A ditadura de Batista teve a resistência do Partido Ortodoxo, agremiação política que defendia reformas sociais e econômicas, a democracia e o nacionalismo. Um de seus membros era um jovem advogado chamado Fidel Castro que, com outros ortodoxos, estava convencido de que a democracia cubana somente seria restaurada por meio de uma revolução. Uma primeira tentativa de derrubada da ditadura de Batista ocorreu em 26 de julho de 1953. Desse golpe, poucos sobreviveram, entre eles Fidel e seu irmão, Raúl Castro. Fidel Castro, condenado a 19 anos de trabalhos forçados, permaneceu preso até 1956, quando foi anistiado e exilou-se no México.

## 3. A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO CONTEXTO HISTÓRICO DO POPULISMO

Nessa época, aguçavam-se as contradições da ditadura e a burguesia açucareira latifundiária sentia os efeitos do alinhamento de Cuba aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. Essa situação levou a burguesia do açúcar a aproximar-se do movimento dos guerrilheiros, ampliando o arco de oposição a Batista e resultando no Manifesto de la Sierra Maestra, assinado em 15 de março de 1957.

A formação da Frente Cívico-Revolucionária Democrática, com a presença da burguesia cubana que defendia um projeto nacionalista e a propriedade privada, viabilizou a luta armada contra Batista. Em janeiro de 1959, Havana foi tomada pelos revolucionários, após a marcha iniciada em outubro do ano anterior.

Com a queda da ditadura de Batista, após uma fase reformista e mo-

derada, os revolucionários iniciaram a construção de uma nova sociedade de natureza igualitária, sem propriedade, socialista, baseada na ditadura do proletariado.

### ❑ Como será o futuro

“Ao se iniciar a última década do século atual, Cuba continua se destacando por suas conquistas no campo da Medicina, por ser o único país do continente a não possuir analfabetos ou alcoólatras, por suas brilhantes vitórias obtidas por seus atletas em competições internacionais, pela preservação de uma sociedade onde novos homens trabalham no presente para construir um novo futuro.

No entanto, esse futuro pode se transformar em verdadeira volta ao passado.

Por quê?

Porque os Estados Unidos não abandonam o bloqueio econômico que há mais de 30 anos impuseram à chamada *pérola das Antilhas*. Em conseqüência, pode-se criar uma situação de penúria insuportável para a sociedade cubana.

As dificuldades que esse bloqueio provoca aumentaram a partir de 1989, com as mudanças que levaram ao fim a URSS e as Democracias Populares da Europa Oriental. A suspensão da ajuda soviética e o corte da entrega de produtos provenientes da antiga Europa Socialista obrigaram as autoridades cubanas a tornar mais rigorosa a distribuição de muitos artigos de consumo que eram importados. Desde 1991, houve crescente preocupação das autoridades cubanas com o aumento da produção agrícola de alimentos.

Além disso, o governo dos Estados Unidos tem incentivado a produção de programas de estações de rádio e televisão norte-americanas transmitindo para Cuba aspectos atraentes do consumismo das sociedades capitalistas. Tem sido uma propaganda sistemática sobre o imagi-

nário coletivo cubano, visando especialmente às novas gerações, que não viveram a época anterior à Revolução, quando eram marcantes a miséria, a prostituição, a repressão governamental, a discriminação racial, a subordinação ao capital norte-americano.

Mas o sentimento antinorte é muito forte e tem ajudado o socialismo a se manter em Cuba, apesar das enormes dificuldades.

Para muitos cubanos, o fim do socialismo acarretará a volta ao domínio dos Estados Unidos.

“Socialismo ou morte, pátria ou morte, venceremos”, ainda continuam afirmativas bastante aceitas em Cuba!

Até quando?”

(AQUINO, Rubim S. L. *Fazendo a História*. RJ, Ao Livro Técnico, 1990.)

#### 4. CRONOLOGIA

**1895** – José Martí, poeta cubano, foi morto lutando pela emancipação da ilha, colônia espanhola.

**1898** – Guerra entre EUA e Espanha.

**1899** – Independência de Cuba e ocupação militar norte-americana.

**1901** – Emenda Platt à Constituição cubana permite intervenção dos EUA no país.

**1903** – Instalação da base naval norte-americana em Guantánamo.

**1909** – Fim da intervenção norte-americana e início de uma nova fase republicana.

**1928** – Início da ditadura do general Gerardo Machado y Morales.

**1933** – Deposição do ditador Morales.

**1940** – O coronel Fulgêncio Batista Zaldívar assume o poder.

**1944** – Eleição de Ramón Grau San Martín para presidente.

**1948** – Carlos Prío Socarrás é eleito presidente.

**1952** – Fulgêncio Batista derruba o presidente por meio de golpe militar.

**1953** – Tentativa de golpe chefiado por Fidel e Raúl Castro.

**1957** – Invasão frustrada de Cuba por guerrilheiros, com a presença de Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara.

**1958** – Fidel Castro lança de Sierra Maestra manifesto contra a ditadura de Batista.

**1959** – Os guerrilheiros conquistam as principais cidades cubanas e Fulgêncio Batista foge do país; instalação de um governo nacionalista de esquerda.

**1961** – Anticastroistas tentam invadir o país; Fidel Castro proclama a República Socialista de Cuba; rompimento das relações com os EUA.

**1962** – Alinhamento com a URSS e bloqueio econômico norte-americano contra a ilha; expulsão de Cuba da OEA; crise dos mísseis e bloqueio naval dos EUA.

**1965** – Cuba apoia movimentos guerrilheiros na América Latina.

**1967** – Ernesto “Che” Guevara é morto na Bolívia.

## MÓDULO 52

### Crise do Populismo e Militarismo na América Latina



#### 1. CONTEXTO HISTÓRICO



Evita Perón.

A crise do populismo latino-americano insere-se no quadro da Guerra Fria, envolvendo as superpotências (Estados Unidos e União Soviética) emergentes da Segunda Guerra Mun-

dial, mas, em particular, deve-se à expansão do imperialismo norte-americano, responsável pela desnacionalização e descaracterização do capitalismo nacional.

#### 2. FATORES DA CRISE

As razões que justificam a crise do Estado populista latino-americano devem ser procuradas em suas próprias contradições, na medida em que os governos mais representativos do populismo, como Getúlio Vargas, no Brasil, e Domingo Perón, na Argentina, foram incapazes de conciliar uma política de combate à inflação às suas promessas demagógicas de atendimento das reivindicações populares.

“A constante queda dos preços dos produtos primários, que se acen- tuou a partir de 1953, é um dos elementos básicos do quadro econômico latino-americano. Naquele ano findou a fase de ascensão dos produtos primários no mercado internacional, iniciada com o fim da Segunda Guerra.

A queda dos preços teve maior impacto no setor agrário que, com exceção do México, Bolívia e Venezuela, não foi alterado pelos regimes populistas. O quadro que dura até os dias de hoje, na maior parte da América Latina, é o do latifúndio improdutivo ou monocultor e dependente do mercado internacional; 90% das terras cultiváveis continuam nas mãos de 10% da população (...). Além de



agudizar a crise do setor primário diminuindo a sua renda, a queda dos preços acarretou um outro grave problema, a saber: a incapacidade de realizar importações pela falta de divisas. A diminuição da capacidade de importar é particularmente grave, pois torna mais difícil o desenvolvimento da indústria de bens de consumo, que necessita de tecnologia, máquinas e matérias-primas (...). Todo esse quadro marcado pelo endividamento externo e pelo aumento das despesas governamentais conduziu às altas taxas de inflação que caracterizaram a agonia do populismo.” (Raymundo Campos)

A frustração generalizada do capitalismo nacional na América Latina, entendido como instrumento de solução dos problemas do subdesenvolvimento, e a compra de empresas nacionais pelo grande capital monopolista também contribuíram para a desintegração do populismo.

### 3. SAÍDAS PARA A CRISE E FIM DO ESTADO POPULISTA LATINO-AMERICANO

As propostas de solução da crise do populismo latino-americano foram apresentadas pela sociedade civil organizada, sindicatos, partidos, igreja e imprensa, que defenderam reformas de base como a reforma agrária, bancária, administrativa, e pelos militares, imbuídos do ideal de "salvação nacional". Raymundo Campos afirma que "até 1929, as intervenções militares foram pouco numerosas. A partir desse ano, a crise de dominação oligárquica deixou um vazio de poder, que foi preenchido pelos militares. O sentido dessas intervenções é objeto de divergências entre vários historiadores, mas parece que a maioria delas foi de caráter conservador e fascista. No entanto, um bom número de intervenções foi favorável a reformas e em apoio aos emergentes regimes populistas".



As mães da Plaza de Mayo.

## 4. INTRODUÇÃO

A crise do populismo latino-americano, decorrente de suas próprias contradições, do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e da queda de Perón no ano seguinte, abriu perspectivas para a tomada do poder pelos militares em diversos países da América Latina.

## 5. ARGENTINA

A militarização da Argentina está diretamente associada à crise do peronismo. "As dificuldades econômicas do governo, as acusações de corrupção nos círculos mais próximos do poder fomentaram as atividades da oposição, constituída por um bloco de conservadores, radicais (da União Cívica Radical), socialistas e comunistas. O alto clero passou, também, para a oposição quando o governo peronista estabeleceu o divórcio e tornou não obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas. A todas essas forças, juntaram-se as facções militares conservadoras pertencentes às Três Armas. Depois de uma tentativa de golpe frustrada, em julho de 1955, o governo peronista foi derrubado por uma insurreição do Exército desencadeada em setembro na cidade de Córdoba." (Raymundo Campos)

Os militares que tomaram o poder na Argentina procuraram eliminar a imagem populista de Perón e o peronismo foi impedido de participar das eleições.

O militarismo argentino antiperonista, anticomunista e antipopular ocorreu no governo do general Onganía, possibilitando a volta de Perón em 1973. Sua morte no ano seguinte levou ao poder sua viúva, Maria Estela de Perón, cujo governo foi marcado pela corrupção e pela crise, viabilizando o golpe militar que instaurou a ditadura do general Jorge Rafael Videla.

## 6. PERU

O militarismo peruano, diferentemente dos regimes militares latino-americanos, foi denominado "populismo militar". Esse regime foi implantado em 1968 pelo general Juan Velasco Alvarado, responsável pela deposição do presidente Belaunde Terry.

O novo governo assumiu feições nacionalistas, populistas, reformistas, e até mesmo anti-imperialistas, estabelecendo, entre outras coisas, o limite de 200 milhas para o mar territorial peruano. No plano social, o governo do general Alvarado implementou a reforma agrária, limitando o tamanho das propriedades rurais e distribuindo terras aos trabalhadores rurais. A sociedade civil peruana reorganizou-se e o governo militar procurou apoio popular por meio do Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social.

Entretanto, as reformas mais profundas não foram realizadas e o presidente Velasco Alvarado acabou sendo afastado pela facção conservadora das Forças Armadas.

Em 1980, com a desmilitarização da América Latina, o presidente Belaunde Terry voltou ao poder.

## 7. CHILE

O processo de militarização do Chile insere-se no contexto da Guerra Fria e do intervencionismo norte-americano na América Latina. Depois da experiência reformista do governo democrata-cristão do presidente Eduar-



do Frei Montalva, os problemas econômicos e a necessidade de transformações sociais levaram o povo chileno a eleger o presidente Salvador Allende da Unidade Popular.

O novo governo estatizou indústrias, nacionalizou empresas estrangeiras, aprofundou a reforma agrária e aumentou os salários dos trabalhadores.

A reação conservadora e imperialista foi imediata. Com o apoio da CIA – Agência Central de Inteligência norte-americana, os militares deram um golpe em setembro de 1973. O presidente Allende morreu resistindo ao golpe e a ditadura militar foi instalada pelo general Augusto Pinochet, responsável pela violenta repressão às oposições, eliminação de conquistas sociais dos trabalhadores, além de abrir o país para o capital especulativo das empresas transnacionais.

## 8. AS DITADURAS ANDINAS

O longo período ditatorial venezuelano iniciou-se em 1908, quando o general Juan Vicente Gómez (o “tirano dos Andes”) subiu ao poder. Gómez permaneceu como ditador até 1935, e seu governo caracterizou-se pelo enriquecimento e corrupção da alta oficialidade do Exército, especialmente dos elementos originários da região do Oriente Andino. Logo depois de implantada a ditadura de Gómez, iniciou-se a exploração do petróleo por parte de companhias estrangeiras. Alterou-se profundamente a situação do país, dedicado, a partir de então, quase exclusivamente à produção petrolífera e, dado o abandono da agricultura, passou-se a importar os mais diversos produtos, por altos custos.

## 9. CRONOLOGIA

**1964** – Brasil: general Humberto de Alencar Castello Branco.  
 – Bolívia: general René Barrientos.  
**1966** – Argentina: general Juan Carlos Onganía.  
**1968** – Peru: general Juan Velasco Alvarado.

	<b>1964</b> – Brasil: general Humberto de Alencar Castello Branco
	<b>1964</b> – Bolívia: general René Barrientos <b>1969</b> – general Ovando Candia
	<b>1966</b> – Argentina: general Juan Carlos Onganía <b>1976</b> – general Rafael Videla
	<b>1968</b> – Peru: general Juan Velasco Alvarado
	<b>1968</b> – Panamá: general Omar Torrijos Herrera
	<b>1972</b> – Equador: general Guillermo Rodríguez Lara
	<b>1973</b> – Uruguai: Juan María Bordaberry
	<b>1973</b> – Chile: general Augusto Pinochet



*O mapa indica os países da América Latina que, a partir da década de 1960, adotaram o regime militar.*

A oposição, constituída por liberais, socialistas e comunistas, foi sempre mantida sob forte repressão e aumentou constantemente o número de exilados políticos. Em 1937, foi fundada a Ação Democrática que, agrupando elementos da classe média, tornou-se o mais forte dos partidos de oposição.

Por ocasião da morte de Gómez, ocorreu em Caracas um levante popular com o saque das casas dos altos dirigentes do regime. No entanto, a ditadura dos oficiais andinos manteve-se até 1946, quando foi derrubada por um golpe de civis e militares, no qual se destacaram as figuras de Rómulo Betancourt (líder da Ação Democrática) e do major Marcos Pérez Jiménez.

### Um intervalo democrático

Após o golpe instalou-se um governo provisório chefiado por Betancourt, que se utilizou da máquina administrativa para ampliar as bases populares da Ação Democrática.

Em 1947, o romancista Rómulo Gallegos foi eleito presidente e princi-

piou seu governo com três grandes metas: aumentar os pagamentos das empresas de petróleo ao Estado venezuelano; punir militares corruptos; e realizar uma reforma agrária. Os vários interesses, prejudicados pelo governo de Gallegos, uniram-se e, através do tradicional golpe, estabeleceram uma junta de generais, que governou de 1948 a 1952.

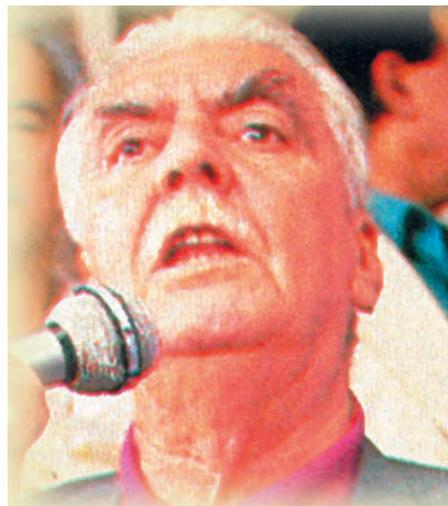
Reprimindo fortemente as oposições, o governo militar marcou eleições presidenciais para novembro de 1952. Mesmo reprimidas, as oposições ameaçavam vencer o candidato oficial Marcos Pérez Jiménez, que foi proclamado vencedor sem que fossem abertas as urnas. A ditadura de Pérez Jiménez sustentou-se até 1958. A produção de petróleo foi levada ao ponto máximo, aumentando os lucros das empresas estrangeiras e de alguns grupos nacionais, sem que, com isso, tenha melhorado a qualidade de vida das camadas populares, que continuavam a promover o inchaço das cidades, onde o consumismo misturava-se à miséria.

– Panamá: general Omar Torrijos Herrera.  
**1969** – Bolívia: general Ovando Candia.  
**1972** – Equador: general Guillermo Rodrigues.  
**1973** – Uruguai: Juan María Bordaberry.  
 – Chile: general Augusto Pinochet.

**1976** – Argentina: general Rafael Videla.  
**1954** – Suicídio de Getúlio Vargas.  
**1955** – Deposição de Domingo Perón.  
**1959** – Revolução Cubana.  
**1961** – Renúncia de Jânio Quadros.  
**1964** – Deposição de João Goulart.



### 1. JÂNIO QUADROS (1961)



*Jânio Quadros, o único presidente eleito pela UDN, obteve 5.636.623 votos, numa população de 70,1 milhões de habitantes, dos quais 17,8% possuíam direito a voto.*

Eleito por uma esmagadora votação popular, Jânio Quadros assumiu o governo em janeiro de 1961, em meio a uma violenta crise financeira herdada por JK. Em face da situação, adotou uma política anti-inflacionária, restringindo o crédito, congelando salários, incentivando as exportações e reduzindo a remessa de lucros. Simultaneamente, tentou implantar uma política externa independente, aproxima-

mando-se do bloco socialista e chegando mesmo a condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul o revolucionário marxista Ernesto “Che” Guevara, além de restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética.

Em 24 de agosto de 1961, pressionado externa e internamente por setores que condenavam sua orientação política e suas medidas antipopulares, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Nos termos da Constituição, seu sucessor legal seria o vice-presidente João Goulart, que fora reeleito para aquele cargo.

### 2. JOÃO GOULART (1961-1964)

A renúncia de Jânio gerou uma grave crise político-militar. De um lado, agrupavam-se os elementos contrários à posse do vice-presidente João Goulart, tendo à frente os ministros militares e Carlos Lacerda; do outro, os “legalistas”, destacando-se o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado de Goulart), e o general Machado Lopes, comandante do III Exército, com sede em

Porto Alegre. A solução do impasse político foi encontrada com a promulgação de um Ato Adicional à Constituição de 1946, pelo qual foi instituído o sistema parlamentarista. Dessa forma, João Goulart (conhecido pelo apelido de “Jango”) assumiria a Presidência da República, mas sem os poderes da chefia de governo, que seria exercida por um primeiro-ministro. Mais tarde, apoiado por grupos políticos e pelos movimentos sindical e estudantil, o presidente Goulart conseguiu restaurar o presidencialismo (ou “referendo”), realizado em 6 de janeiro de 1963. Logo após o plebiscito, Goulart propôs suas famosas reformas de base (reforma agrária, administrativa, bancária e fiscal), provocando grande inquietação nos grupos de direita. Estes mostravam-se igualmente temerosos com relação à crescente agitação sindical e estudantil, cuja influência já se fazia sentir entre os camponeses e o pessoal subalterno das Forças Armadas. Por esse motivo, líderes militares e civis organizaram uma frente única que derrubou Goulart em 31 de março de 1964.

### 3. CRONOLOGIA

**1960** – Jânio Quadros é eleito presidente da República e João Goulart elege-se vice-presidente.

**1961** – Posse de Jânio Quadros em janeiro; renúncia do presidente em 25 de agosto; criação do sistema de governo parlamentarista em setembro; posse de Jango.

**1962** – Criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Conselho Nacional de Reforma Agrária; o Congresso aprova lei que restringe a remessa de lucros para o exterior.

**1963** – Plebiscito põe fim ao parlamentarismo e restaura o presidencialismo; sublevação dos sargentos da Marinha e Aeronáutica; 700 mil operários entram em greve.

**1964** – Golpe militar; queda de João Goulart e fim do Estado Populista no Brasil.

**MÓDULO 54****Golpe Militar de 64 e Governo Castello Branco****1. ORIGEM DO GOLPE**

O processo histórico responsável pela deposição do presidente João Goulart, em 1964, encontra suas raízes na instabilidade político-institucional da chamada "Democracia Populista", criada com o fim do Estado Novo em 1945. Foram destaques dessa instabilidade o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961. Por outro lado, a ingerência dos militares na política brasileira vinha-se manifestando desde o golpe político-militar de 15 de novembro de 1889, passando pelo "tenentismo" na década de 1920, pela Revolução de 1930 e pela queda de Getúlio Vargas em 1945 e seu suicídio em 1954, desaguando no impasse criado pelo presidente Jânio Quadros em 1961.

Além disso, institucionalizou-se na caserna o "ideal de salvação nacional". Porém, em nenhuma ocasião os militares se apoderaram do aparelho de Estado antes de 1964.



Goulart no comício da Central do Brasil, RJ, em 13/3/1964, reafirma as reformas de base.

**2. FATORES DO GOLPE**

O esgotamento do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, que se manifestou pela redução do índice de investimentos, diminuição de entrada de capital externo, queda da taxa de lucro e inflação galopante, é o ponto de partida para se compreender o movimento político-militar de 1964. Diante da crise econômico-financeira e da pressão dos setores populares, o presidente João Goulart apresentou, em 1963, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, elaborado pelo economista Celso Furtado, ministro do Planejamento. Para ser executado em três anos, o plano pretendia combater a inflação e retomar o crescimento econômico. Para tanto, o governo precisava adotar uma política monetária cambial e salarial anti-inflacionária, além de obter empréstimos dos bancos internacionais e renegociar a dívida externa do País.

O fracasso do Plano Trienal foi imediato e o Fundo Monetário Internacional não intermediou a renegociação da dívida externa. Porém, os Estados Unidos concederam empréstimos diretos aos opositores de Jango. A reação do presidente, insuflado pelos grupos de esquerda, se fez sentir com a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros. Nesse contexto de enfrentamento das multinacionais e sob forte pressão dos sindicatos, estudantes, intelectuais, camponeses, esquerda em geral, o presidente João Goulart apresentou suas reformas de base: administrativa, bancária, fiscal e agrária, estendendo-se a outros setores, como o sistema eleitoral e o ensino universitário. A reforma agrária foi recebida pelos latifundiários como uma ameaça à propriedade privada. Sem sustentação parlamentar, o projeto do

Executivo foi rejeitado. Enquanto isso, a polarização político-partidária se aguçava, com a esquerda se reunindo em torno do PTB/PSD e a direita na UDN.

*Os brasileiros hoje, em sua impaciência e desilusão, estão num perigoso estado de espírito. Seu sentimento é que são os políticos que têm aberto a cova da democracia. Se, depois do referendo de janeiro próximo, continuar a balbúrdia política, o Exército poderá ser forçado a intervir.*

(Comentário do jornalista inglês Andrew Marshall no artigo "Brazil: Democracy's Last Chance?", publicado no jornal londrino *The World Today*, novembro de 1962.)

**3. A DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO E A QUEDA DO PRESIDENTE**

Setores considerados de direita se encastelaram no IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e no IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e fizeram o trabalho de mobilização do empresariado, da Igreja, das classes médias, das mulheres, alertando para o "perigo comunista" representado pelo programa de Reformas de Base de Jango. Nessa época a maioria dos militares brasileiros era legalista e fiel à Constituição. Porém, a sublevação dos sargentos quebrou a hierarquia militar, levando os militares a pressionarem o presidente a tomar medidas mais eficazes para conter a agitação. O estopim do golpe foi o comício de Jango no dia 13 de março de 1964. O clima de euforia por parte do presidente e da esquerda em geral foi suficiente para que a desestabilização do governo redundasse na deposição do presidente, no dia 31 de março de 1964.



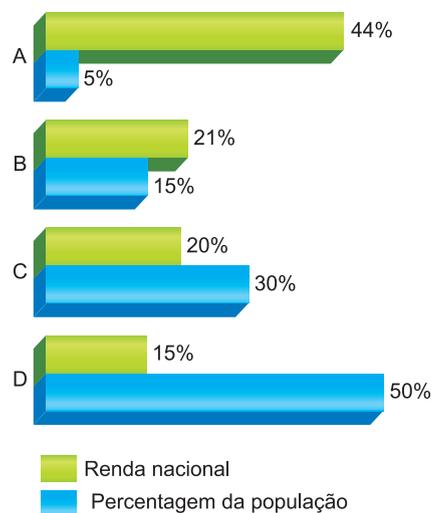
## 4. AS BASES DO ESTADO AUTORITÁRIO

O conceito de “segurança nacional” se configurou no Brasil a partir da II Guerra Mundial, substituindo a noção de “defesa nacional”, limitada à defesa externa e interna de nossas riquezas. Militares brasileiros com cursos na Escola Superior de Guerra, como o general Golbery do Couto e Silva e Humberto de Alencar Castello Branco, foram os responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, chave teórica do Estado autoritário implantado no Brasil a partir de 1964. A conjuntura da Guerra Fria e a crise do populismo influenciaram a teorização dessa doutrina. Tal doutrina defendia a tese de que era preciso combater a “guerra local” ou “guerra revolucionária” deflagrada pelos comunistas, que se achavam infiltrados em todos os lugares da comunidade brasileira, visando desestabilizar o governo, as autoridades e as instituições.

### ❑ Política de Segurança Nacional

A resposta dos governos militares aos “subversivos” foi a planificação global do País, visando à superação dos problemas de natureza social, política e econômica, instrumentalizados pelos comunistas. Para isso, o Estado, de forma centralizada, criaria políticas diversas, abrangendo todas as atividades nacionais. Assim, o Executivo contaria com órgãos de assessoria sofisticados, como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e o Alto Comando das Forças Armadas (ACFA). Das políticas de segurança nacional, teria destaque a política econômica que objetivasse o desenvolvimento econômico e a integração nacional centralizada e associada ao capital estrangeiro.

### CONCENTRAÇÃO DA RENDA (1960)



### ❑ A Lei de Segurança Nacional

A Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969 transformava todo cidadão em responsável pela segurança do País. A Lei previa prisões aos grevistas; apreensão de edições inteiras de jornais e revistas; censura; punição para quem desrespeitasse as autoridades do governo, distribuisse propaganda subversiva etc.

### ❑ Os Atos Institucionais e a Constituição de 1967

Tendo em vista que o golpe militar de 64 deflagrou-se contra um presidente “subversivo” e “comunista”, em defesa da democracia e da liberdade, o Estado autoritário manteve algumas instituições democráticas, como o Congresso Nacional, as eleições para deputados, senadores, vereadores, prefeitos e os partidos (foram extintos os antigos e criados dois novos: ARENA e MDB). Contudo, a legitimidade do regime autoritário se fez sentir por meio dos Atos Institucionais (que estão acima da Carta Magna) e da Constituição de 1967, mais tarde modificada pela Emenda Constitucional de 1969.

## 5. MARECHAL CASTELLO BRANCO (1964-67)

Eleito pelo Congresso de forma indireta, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos. Por força do Ato Institucional n.º 2, os partidos políticos foram extintos, surgindo a ARENA e o MDB. Em 1967, foi promulgada a sexta Constituição Brasileira, caracterizada pela centralização e pelo fortalecimento do regime presidencialista. O presidente da República passaria a ser eleito por um Colégio Eleitoral, podendo legislar por um decreto-lei sobre finanças e segurança nacional.

### ❑ Atos Institucionais que modificaram a Constituição de 1946

O Ato Institucional n.º 1 tinha o objetivo de assegurar ao novo governo instituído “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”; os chefes da Revolução de 31 de março editaram em 9 de abril de 1964 o Ato Institucional n.º 1. Suas principais disposições eram: estabelecer eleições indiretas para a Presidência e Vice-Presidência da República; permitir ao presidente da República decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo de 30 dias; suspender por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade; restringir ao presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criassem ou aumentassem a despesa pública; e permitir aos comandantes-chefes que editaram o Ato suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Tendo em vista que o País precisa de “tranquilidade” para o trabalho em



prol do seu desenvolvimento econômico e do “bem-estar do povo” e que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco também para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, foi editado, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional n.º 2. Além de propor as medidas já fixadas no diploma anterior, entre outras disposições, o novo Ato modifica os artigos 94, 98, 103 e 105 da Constituição de 1946 (número de membros do Supremo Tribunal Federal, nomeação e competência de juizes federais etc.); extingue os partidos políticos; amplia possibilidades de intervenção nos Estados; e prevê decretação do recesso do Poder Legislativo.

Em 5 de fevereiro de 1966, o presidente Castello Branco editou o Ato Institucional n.º 3, considerando, entre outros motivos, “ser imperiosa a adoção de medidas que permitam não se frustrarem os superiores objetivos da Revolução, e a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País.” Seus 7 artigos e parágrafos tratavam das eleições estaduais e municipais. As medi-

das mais importantes eram: eleição indireta para governador e vice-governador dos Estados, nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores de Estado e eleição simples dos demais prefeitos municipais, admitindo sublegendas nos termos dos estatutos partidários.

“Considerando que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais; que se tornou necessário dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução, e que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária”, foi editado o Ato Institucional n.º 4, em 7 de dezembro de 1966. O diploma convocava o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, com o objetivo de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo presidente da República, e fixar normas disciplinando esse trabalho legislativo.

## Política econômica

Implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo ministro do Planejamento Roberto Campos e pelo ministro da Fazenda, o economista Gouveia de Bulhões. O plano deu prioridade ao combate à inflação, por meio da restrição do crédito e do arrocho salarial. Foram criados mecanismos que facilitaram a entrada de capitais estrangeiros com vista à retomada do desenvolvimento; a dívida externa foi renegociada e o Fundo Monetário Internacional liberou um empréstimo de US\$ 125 milhões.

## Política social e trabalhista

Foi aprovado o Estatuto da Terra e criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), visando facilitar o acesso à terra e reduzir as tensões sociais do campo. A estabilidade do empregado foi praticamente eliminada com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os reajustes passaram ao controle do Executivo.

## 6. CRONOLOGIA

**1949** – Criação da Escola Superior de Guerra (ESG), conhecida como “Sorbonne”.

**1950** – Desenvolvimento da concepção da Doutrina de Segurança Nacional, no contexto da Guerra Fria.

**1964** – Golpe militar derruba o presidente João Goulart; o Ato Institucional n.º 1 suspende direitos políticos de centenas de pessoas; o marechal Humberto de Alencar Castello Branco toma posse como presidente da República.

**1965** – Decretado o Ato Institucional n.º 2, extinguindo os partidos políticos e criando o bipartidarismo, com a ARENA e o MDB; reforma monetária: cria o cruzeiro novo.

**1966** – Cassações de parlamentares e recesso forçado do Congresso por um mês; suspensão das eleições diretas para cargos executivos.

**1967** – Promulgada a nova Constituição brasileira; posse do marechal Artur da Costa e Silva, como novo presidente; criação da Frente Ampla de oposição ao regime militar.

## MÓDULO 55

## Governos Costa e Silva e Junta Militar



### 1. GENERAL COSTA E SILVA (1967-69)



*O gen. Costa e Silva governou o Brasil entre 1967 e 1969, substituído, posteriormente, por uma Junta Militar.*

Foram criados no seu governo novos ministérios: Transportes, Comunicações e Interior. Em razão de distúrbios estudantis e políticos em todo o País e para reforçar o Poder

Executivo, foi editado o Ato Institucional n.º 5 e decretado o recesso do Congresso. Afastado por moléstia, em agosto de 1969, Costa e Silva foi substituído por uma Junta Governativa composta pelo general Lira Tavares, brigadeiro Márcio de Souza e Melo e almirante Augusto Rademaker. Este, por meio de uma Emenda Constitucional, modificou a Constituição de 1967, reforçando ainda mais o Poder Executivo.

#### ❑ A Constituição do Terror

A chamada "Constituição do Terror" foi imposta pela Junta Militar. Na verdade, trata-se de uma emenda constitucional à Carta de 67. Por essa emenda, 58 artigos foram acrescentados ou substituíram outros. As principais inovações introduzidas foram: mandato presidencial de 5 anos; confirmação de todos os Atos Institucionais, só suspensos por decretos presidenciais; eleições indiretas para governador em 1970; pena

de morte para os casos de guerra revolucionária ou subversão; número de deputados calculado de acordo com o eleitorado, e não mais com a população; alteração no estatuto da inviolabilidade parlamentar; ampliação das faculdades do Executivo em legislar por decreto-lei e impedimento do Judiciário em rever atos praticados com base nos Atos Institucionais e Complementares.

### 2. CRONOLOGIA

**1968** – Movimentos de oposição ao governo militar são reprimidos e é decretado o Ato Institucional n.º 5.

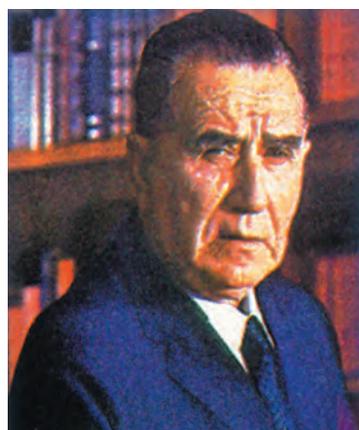
**1969** – Costa e Silva é afastado por motivo de doença e uma Junta Militar assume o governo; as Forças Armadas indicam o general Emílio Garrastazu Médici como novo presidente.

## MÓDULO 56

## Governos Médici



### 1. GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)



*O general Médici atingiu alto grau de popularidade durante seu governo, em função das campanhas desenvolvidas pela AERP.*

#### ❑ O neopopulismo

O governo Médici registrou um alto índice de popularidade. Isso se deveu ao desenvolvimento atingido

pelo País em diversos setores e à ampliação do mercado de trabalho, provocada pela implementação dos chamados "grandes projetos de impacto". Seus efeitos, associados às vitórias esportivas do Brasil, como o tricampeonato de futebol, as sucessivas conquistas de Emerson Fittipaldi no automobilismo e de Éder Jofre no boxe, foram utilizados como apelos populistas pelo regime militar. Para tanto, o governo se serviu da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) para promover os valores cívicos e divulgar suas realizações. As campanhas institucionais do Conselho Nacional de Propaganda (CNP) – entidade privada mantida por empresas particulares de comunicação social –, de estímulo às exportações, à educação, e o controle da mídia pela censura produziram a imagem de um "Brasil grande", sintetizado na expressão "ame-o ou deixe-o".

#### ❑ O desenvolvimento excludente

Durante seu governo, o Brasil atingiu elevados índices de crescimento econômico, chegando-se mesmo a falar em "milagre brasileiro". O IPND – Plano Nacional de Desenvolvimento – foi posto em execução visando incentivar a agricultura, o desenvolvimento científico e tecnológico, o fortalecimento da indústria nacional e a integração do Brasil no rol das grandes potências industriais. Esse projeto desenvolvimentista estava associado ao capital estrangeiro e à adoção de uma política de arrocho salarial. Era necessário "aumentar o bolo para depois dividi-lo", afirmava o ministro da Fazenda Delfim Netto, principal responsável pela elaboração e pela execução do plano.

## ❑ Terrorismo de esquerda e repressão

O fechamento político, defendido pela “linha dura” do Exército e iniciado pelo general Costa e Silva, atingiu o apogeu no governo do general Médici. A esquerda radical apelou para a luta armada, inspirando-se em “Che” Guevara (líder da Revolução Cubana) e no marxista francês Régis Debray.

Foram criadas organizações revolucionárias como a Aliança Libertadora Nacional, chefiada por Carlos Marighela; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – dia da morte de Guevara na Bolívia – e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), liderada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. Em 1969, a ALN sequestrou o embaixador norte-

-americano Charles Elbrick, exigindo a libertação de presos políticos em troca de sua vida. No início da década de 70, comunistas do PC do B criaram um foco de guerrilha rural numa região banhada pelo Rio Araguaia, no Estado do Pará. O governo militar respondeu com violência ao terrorismo de esquerda, torturando e matando suas principais lideranças.

## 2. CRONOLOGIA

**1969** – Início do governo do general Médici.

**1970** – Movimento guerrilheiro na cidade e no campo em oposição ao

regime militar; implementação de grandes projetos de impacto, como a Transamazônica, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MOBRAL.

**1971** – Repressão ao movimento de guerrilha urbana e rural.

**1973** – Médici assina acordo com o ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, para a construção da hidrelétrica de Itaipu.

## MÓDULO 57

## Governos de Geisel e de Figueiredo

### 1. GENERAL ERNESTO GEISEL (1974-1979)



*O general Ernesto Geisel (1974-1979) reata relações com a República Popular da China e assina o acordo nuclear com a Alemanha.*

#### ❑ Introdução

A escolha do general Geisel, para suceder o general Médici na Presidência da República, foi uma vitória do grupo castelista – conhecido como Sorbonne – e, conseqüentemente, uma derrota da chamada linha dura. As oposições, nucleadas pelo MDB, lançaram Ulysses Guimarães e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho como antecandidatos a presidente e a vice, respectivamente. O fracasso do milagre econômico, associado à crise do capitalismo, o início da distensão entre os EUA e a URSS e a resistência democrática ao Estado autoritário apontavam para uma abertura do regime. Esse processo, nas palavras do próprio general Geisel, deveria ser “lento, gradual e seguro”.

#### ❑ Política econômica

No início de seu governo, Geisel substituiu Delfim Netto por Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda e nomeou João Paulo dos Reis Veloso para o Planejamento.

Em dezembro de 1974, o presidente divulgou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que definia a política socioeconômica para o período de 1975 a 1979. Foi criada a Comissão de Indústria da Construção Civil e o Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – e aprovado o Plano Nacional de Saneamento. Em junho de 1975, foi assinado o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil–Alemanha. Para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial, as importações de artigos supérfluos foram pesadamente sobretaxadas e a Petrobras foi autorizada a assinar contratos com empresas estrangeiras para exploração de petróleo no Brasil. Nesses contratos, existiam cláusulas que transferiam todos os riscos de despesas, de pesquisa e exploração às empresas interessadas; são os popularmente conhecidos contratos de risco. Em dezembro de 1975, Geisel e Stroessner assinaram o Tratado de Amizade Brasil–Paraguai, de colaboração econômica, tecnológica e cultural entre os dois países. Em fevereiro de 1976, foi instituído o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição; em maio, Geisel inaugurou a Hidrelétrica de

Marimbondo, na divisa de São Paulo e Minas Gerais, e assinou a ata de Constituição da Siderúrgica de Tubarão. Em 5 de junho, criou o depósito compulsório de Cr\$ 12 000,00 para viagens ao exterior. Subsídios estatais, endividamento externo e interno e arrocho salarial sustentaram a política econômica dessa época. Seus resultados foram: o crescimento do PIB em torno de 4,2% ao ano entre 1974 e 1978 e uma inflação anual de 37,9% no mesmo período.

#### ❑ Política externa: o pragmatismo responsável

O ministro das Relações Exteriores, chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, em discurso proferido na Costa do Marfim em 1975, definiu o pragmatismo responsável da política externa do general Geisel afirmando que “na África de hoje, como na América despertada para a independência, os povos estão cansados de patrocínio. Querem viver as suas vidas, lutar as suas lutas. O Brasil teve e tem esse objetivo. Por isso, observa com intransigente devoção os princípios básicos da convivência entre as nações: a não intervenção, o direito à autodeterminação, a igualdade jurídica dos estados”. Geisel reatou relações diplomáticas com a República Popular da China e realizou viagens ao exterior, visitando França, Inglaterra e Japão.

## ❑ O processo de abertura do Estado autoritário

A abertura política do regime militar, iniciada pelo general Geisel, foi marcada por medidas liberais e autoritárias. Isto ocorreu em virtude do caráter conservador imposto pelo presidente e pelas pressões da linha dura, contrária à volta dos militares aos quartéis. No primeiro ano de seu governo, em 1974, foram realizadas eleições parlamentares. Nesse pleito, verificou-se expressiva vitória do MDB que, para o Senado, ganhou 16 das 22 vagas disputadas. Na Câmara Federal, a oposição conquistou 160 cadeiras contra 204 da ARENA. Este resultado levou o presidente a criar mecanismos para conter o avanço do MDB nas eleições municipais, previstas para 1976. A lei que regulamentou essas eleições foi chamada de Lei Falcão, em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão. Ela estabelecia que, no horário gratuito do rádio e da TV, os candidatos só poderiam apresentar seu nome, sua legenda, seu número, pequeno currículo e sua fotografia. Em 1975, a censura à grande imprensa foi suspensa e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do II Exército em São Paulo, resultou na demissão do Comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, substituído pelo general Dilermano Gomes Monteiro. Então, as torturas praticadas pelo DOI-CODI cessaram.

## ❑ O Pacote de Abril de 1977

Todo o primeiro semestre de 1977 foi politicamente bastante atribulado, assinalando-se o fechamento do Congresso em virtude de dissensões interpartidárias a respeito da reforma constitucional e a cassação de vários dissidentes. O governo militar, num ato de força, impôs ao País o chamado Pacote de Abril, que incluiu, entre outras medidas: a criação da figura do senador biônico; a modificação do critério de representação dos estados na Câmara dos Deputados, favorecendo os estados mais dependentes do poder central; o aumento do mandato presidencial para 5 anos. Em setembro desse mesmo ano, a Polícia Militar, por or-

dem do coronel Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado, invadiu a Universidade Católica de São Paulo, onde os estudantes tratavam da reorganização da UNE, fechada pela ditadura.

## ❑ Retomada da abertura política

O chamado programa de aperfeiçoamento do regime democrático, que lenta e gradualmente o governo Geisel implementou, manifestou-se no final de seu mandato com a revogação do Ato Institucional n.º 5, por meio da Emenda Constitucional que entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1979. Com isso, o presidente não mais poderia decretar o recesso do Congresso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários e privar os cidadãos de seus direitos políticos.

## 2. GENERAL JOÃO FIGUEIREDO (1979-1985)

### ❑ Introdução

O general Figueiredo foi chefe do Gabinete Militar do governo Médici e chefe do SNI no governo Geisel. Sua indicação foi uma vitória política do grupo Sorbonne e uma nova derrota da linha dura, representada pelo ex-ministro do Exército Silvío Frota, também demitido no governo Geisel, por sua resistência ao processo de abertura.



*O general João Figueiredo é o último militar a ocupar a Presidência. Seu governo deu continuidade ao processo de abertura política.*

### ❑ Continuação da abertura política

Ao assumir a Presidência, o general Figueiredo deu continuidade ao processo de abertura política, iniciada pelo general Geisel. É nesse quadro que se inserem a aprovação da Lei da Anistia e a nova Lei de Elegibilidade que permitia a volta dos cassados à vida pública. Ainda em 1979,

o Congresso Nacional aprovou a reforma partidária que eliminou o bipartidarismo, restabelecendo o pluripartidarismo no País. Como produto dessa reforma, foram criados: o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; o PP – Partido Popular, mais tarde incorporado ao PMDB; o PDS – Partido Democrático Social, que reuniu a maioria dos membros da extinta ARENA; o PT – Partido dos Trabalhadores; o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; o PDT – Partido Democrático Trabalhista, formado em torno de Leonel Brizola; e outras legendas. Enquanto a crise econômica se agravava, o País preparava-se para as eleições majoritárias e proporcionais que iriam eleger, pelo voto popular, governadores estaduais, senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Em 15 de novembro de 1982, as oposições fizeram 10 governadores e o número de votos dados ao PDS em todo o País foi inferior aos da oposição.

### ❑ Crise econômica e tensão social

Quando Figueiredo assumiu a Presidência da República, a situação econômico-financeira do País já era de crise. Tentando combatê-la, sua equipe econômica criou o III PND, cujos resultados foram negativos. Ao mesmo tempo, os problemas financeiros e o endividamento externo levaram a equipe econômica do governo, sob o comando do então ministro do Planejamento, Delfim Netto, que substituiu Simonsen, a recorrer ao Fundo Monetário Internacional – FMI, que se comprometeu em “ajudar” o Brasil em troca da adoção de uma política econômica recessiva. É nesse contexto que foi aprovado o Decreto 2.065, fixando os reajustes salariais muito abaixo da taxa de inflação. Como reflexo da crise econômica e do arrocho salarial, os trabalhadores do ABC e de outras cidades do interior do estado de São Paulo, especialmente metalúrgicos, paralisaram suas atividades. Data dessa época a organização do movimento sindical que seguia duas tendências distintas: uma mais radical, ideologicamente ligada ao PT, e outra mais pragmática, que deu origem ao chamado, atualmente,

sindicalismo de resultados. A primeira tendência fundou a CUT – Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e a segunda, a CGT – Central Geral dos Trabalhadores, em 1986.

### ❑ Campanha das “Diretas Já”

Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, foram eliminadas as eleições diretas para presidente da República, governadores, prefeitos das capitais e de municípios considerados áreas de segurança nacional. Entretanto, o processo de abertura política restabeleceu as eleições diretas para governadores em 1982. É nesse contexto que os partidos de oposição organizaram uma frente com o objetivo de restaurar as eleições diretas para presidente. Em no-

Anos	Crescimento Econômico (PIB)	Inflação
1974	9,5%	34,5%
1975	5,4%	29,4%
1976	9,7%	46,3%
1977	5,7%	38,8%
1978	5,0%	40,8%
1979	6,4%	77,2%

*Fundação Getúlio Vargas.*

vembro de 1983, realizou-se em São Paulo a primeira manifestação da campanha das “Diretas Já”. No ano seguinte, o movimento ganhou a adesão de milhões de brasileiros. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, por sua atuação na campanha, recebeu o

título de “senhor diretas”. Em 25 de abril de 1984, a Emenda Constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira foi rejeitada na Câmara dos Deputados pelo partido do governo, o PDS, presidido por José Sarney.

### 3. CRONOLOGIA

**1974** – Inauguração da hidrelétrica de Ilha Solteira e da Ponte Rio–Niterói; eleição indireta e posse do general Ernesto Geisel; lançamento do II PND; criação do Ministério da Previdência Social; fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China.

**1975** – Assinatura do acordo nuclear com a Alemanha; criação do

Proálcool; assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército em São Paulo.

**1976** – Criação da Lei Falcão.

**1977** – Imposição do Pacote de Abril.

**1978** – Revogação do Ato Institucional n.º 5 e eleição indireta do general João Figueiredo.

**1979** – Posse de Figueiredo; aprovação da Lei de Anistia; restabelecimento do pluripartidarismo com a extinção da ARENA e do MDB.

**1980** – Agravamento da crise econômica e das tensões sociais.

**1981** – Bomba no Riocentro e afastamento temporário do general Figueiredo, substituído pelo então vice-presidente, Aureliano Chaves.

**1982** – Crise da dívida externa e pedido de ajuda ao FMI.

**1983** – Início da campanha pelas “Diretas Já”.

**1984** – Rejeição da Emenda Dante de Oliveira; divisão do PDS e formação da Aliança Democrática.

## MÓDULO 58

## Os Governos da Nova República

### 1. GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1990)



*José Sarney, que assumiu a Presidência com a morte de Tancredo Neves.*

#### ❑ Introdução

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney) começou sua vida política no Partido Social Democrático (PSD); mais tarde, transferiu-se para a União Democrática Nacional (UDN) e, com o fim do pluripartidarismo, em 1965, entrou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que deu sustentação política ao regime militar. Com a extinção do bipartidarismo, José Sarney entrou no Partido Democrático Social (PDS), tornando-se seu presidente. Em abril de 1984, orientou seu partido para votar contra a Emenda Dante de Oliveira, que restaurava as eleições diretas para presidente da República. No entanto, rompeu com o candidato do PDS,

Paulo Salim Maluf, criando a Frente Liberal, que se uniu ao PMDB para formar a Aliança Democrática. Sarney foi o candidato a vice-presidente da República na última eleição indireta do Colégio Eleitoral, que elegeu Tancredo Neves presidente. Algumas horas antes de sua posse, em 15 de março de 1985, Tancredo foi internado no Hospital de Base de Brasília, sendo, posteriormente transferido para São Paulo onde faleceu. José Sarney assumiu o governo, tornando-se o primeiro presidente da Nova República.

#### ❑ Transição democrática

O governo de Sarney insere-se no contexto da eliminação das ditaduras militares e do retorno ao Estado

Democrático na América Latina. Por isso, o primeiro presidente civil da Nova República procurou extinguir o “entulho autoritário” da ditadura militar, restabelecendo as liberdades democráticas. Para isso, convocou uma Constituinte, aboliu o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a censura, devolvendo aos civis o controle das decisões políticas e econômicas do País.

### ❑ Planos econômicos

Diante da inflação galopante criada pelo regime militar e visando à retomada do crescimento econômico, com ênfase na área social, em 1986 José Sarney lançou o Plano Cruzado.



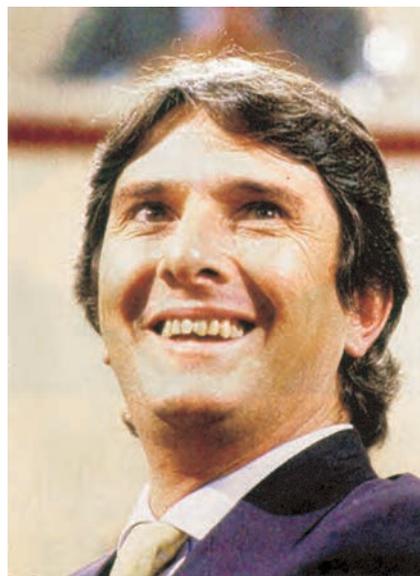
*Dílson Funaro, o ministro que criou o Plano Cruzado e deixou o governo após ser responsabilizado pelo fracasso.*

O plano foi elaborado por um grupo de economistas sob o comando de Dílson Funaro, ministro da Fazenda, e de João Sayad, ministro do Planejamento. Seu objetivo era combater a inflação e eliminar a “cultura inflacionária”, por meio de um “choque heterodoxo”, desindexando a economia. Preços, salários e câmbio foram congelados; os reajustes salariais seriam automáticos quando a inflação atingisse a casa dos 20% e o cruzeiro foi substituído por uma nova moeda, o cruzado. O plano foi aprovado pela maioria da população brasileira e as pessoas transformaram-se em “fiscais do Sarney”. Entretanto, o crescimento da demanda, até então reprimida, provocou o ágio dos preços e o desabastecimento, gerando pressões inflacionárias que levaram o governo a descongelar a economia. Com a retomada da inflação, o governo baixou um pacote de medidas de correção do Plano Cruzado – o chamado Cruzado II –, que não foi bem recebido pelos assalariados. Esse novo congelamento de preços e serviços expurgava alguns itens para efeito de cálculo da inflação.

Os preços continuaram crescendo e os salários se deteriorando. Por isso, o presidente substituiu o ministro da Fazenda, e o novo titular da economia, Luís Carlos Bresser Pereira, apresentou um novo plano em junho de 1987. O Plano Bresser, como ficou conhecido, congelou, mais uma vez, preços, serviços e salários, sem conseguir eliminar a inflação. O quarto e último plano econômico do governo Sarney, conhecido como Plano Verão, foi de autoria do ministro Maílson da Nóbrega. Foi decretado um novo congelamento de preços, de serviços e de salários, que seria acompanhado por uma redução dos gastos públicos.

Este plano também fracassou com a retomada dos altos índices de inflação e de queda de popularidade do governo de José Sarney. Nesse contexto, foram realizadas as eleições diretas para presidente da República, sendo vitorioso Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas.

## 2. GOVERNO DE FERNANDO COLLOR (1990-1992)



*Ex-presidente Fernando Collor de Mello.*

Collor, eleito presidente pelos “descamisados”, com o apoio do empresariado, prometeu modernizar o País por meio da implementação de um projeto neoliberal. Ao assumir o governo, decretou o chamado Plano Collor de combate à inflação; bloqueou os saldos das contas correntes, dos investimentos e da poupança; reduziu as alíquotas de importação e tabelou os preços. Sem sustentação parlamentar e com um estilo agressivo,

personalista e autoritário, o presidente ficou isolado. O escândalo do orçamento e as denúncias de corrupção, feitas por seu irmão Pedro Collor sobre o “esquema PC”, provocaram a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), resultando no *impeachment* do presidente.

## 3. GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1992-1995)

Itamar Franco, vice-presidente da República, assumiu a Presidência em decorrência do *impeachment* de Collor. O clima era de descontentamento social, pressões políticas e instabilidade econômica. Em 21 de abril de 1993, o eleitorado foi às urnas para decidir sobre o sistema e a forma de governo. O plebiscito manteve o presidencialismo e a forma de governo republicana. A revisão constitucional fracassou, e o presidente substituiu por cinco vezes o ministro da Fazenda. O último deles, o senador Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro das Relações Exteriores, elaborou e pôs em prática o Plano Real de estabilização da economia e elegeu-se presidente da República ainda no 1.º turno.



*Ex-presidente Itamar Franco.*

## 4. AS ELEIÇÕES DE 1994

Após a implantação do Plano Real, o ministro Fernando Henrique Cardoso renunciou à pasta da Fazenda, pois pretendia candidatar-se à sucessão presidencial, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 3 de outubro de 1994.

Ao disputar a Presidência da República com mais sete candidatos, Fernando Henrique teve como principal adversário Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), e como principal aliado o Plano Real.

Durante a campanha eleitoral, o candidato do PT alegou que Fernando Henrique planejava implantar o plano às vésperas das eleições, apenas para eleger-se com o apoio da maioria da população trabalhadora. Para Lula, a nova moeda, o real, embora controlando a inflação, não conseguia alterar o valor do salário mínimo, que continuava baixíssimo. No entanto, essa argumentação do candidato petista não sensibilizou os eleitores, que resolveram apostar na estabilidade da moeda prometida pelo Plano Real.

A candidatura de Fernando Henrique teve apoio de empresários, que temiam que o governo de Lula desenvolvesse uma política estatizante e fortalecesse um modelo de Estado que intervisse muito na economia.

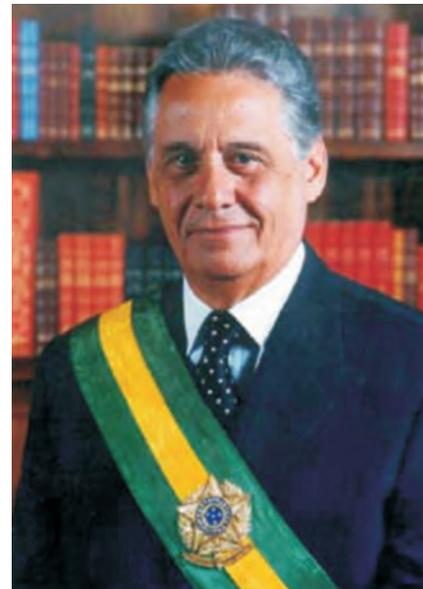
O candidato do PSDB venceu as eleições no primeiro turno com 34,37 milhões de votos, o que correspondeu a 54,3% dos votos válidos.

Em seu plano de governo, Fernando Henrique Cardoso prometeu: reformar o Estado e suas instituições e dar continuidade às reformas econômicas; planejar e controlar a execução de políticas nas áreas da educação, saúde e previdência social, consideradas essenciais.

## 5. O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE (1995-2002)

Com um ministério constituído majoritariamente por paulistas, exatamente oito membros do primeiro escalão do governo, Fernando Henrique tomou posse em 1.º de janeiro de 1995. Manter a inflação em torno de 25% ao ano, portanto um índice médio de 2% ao mês, recuperar o poder de compra da classe trabalhadora, sanear as contas públicas utilizando como suporte o processo de privatizações,

privilegiar a área de saúde, educação e agricultura, além de dar continuidade à abertura da economia buscando sua integração no mercado mundial, foram algumas das metas mais ambiciosas desse governo, que teve a apoiá-lo a esperança da nação.



Ex-presidente da República  
Fernando Henrique Cardoso.

## MÓDULO 59

## Produção Cultural dos Anos 50 a 90

### 1. INTRODUÇÃO

A produção cultural brasileira a partir dos anos 50 reflete, em todas as suas manifestações, as tendências que marcaram a cultura contemporânea do pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, a cultura brasileira procurou adequar-se às novas formas de linguagem e aos novos padrões estéticos que revolucionaram o convencionalismo até então vigente. Buscava-se, de forma crítica, a compreensão dos problemas da nossa realidade social, com suas características próprias. Iniciava-se, nessa década, o processo desenvolvimentista urbano-industrial que mudaria completamente as feições do País.

### 2. O TEATRO BRASILEIRO

O teatro, a começar pelo TBC – Teatro Brasileiro de Comédia, que foi um marco na história do teatro

brasileiro e núcleo gerador de várias tendências e movimentos que inovaram a arte cênica nacional –, procurou valorizar textos de autores nacionais: *A Moratória*, *Os Ossos do Barão*, *Bonitinha mas Ordinária*, *Auto da Compadecida*, entre outros. Nos anos 60, em meio à conjuntura de efervescência política, o Teatro de Arena surgiu como reação à postura já convencional do TBC. Eram encenados textos de autores afinados com o momento histórico brasileiro, suas contradições e seus problemas sociais e políticos, dentro de uma perspectiva do teatro despojado, com montagens simplificadas. Na mesma linha, destacaram-se o Teatro Oficina, também em São Paulo, e o Grupo Opinião, no Rio de Janeiro. Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Odvaldo Viana Filho são as grandes expressões dessa época, essencialmente política, com importantes realizações como *Revolução na América*

*do Sul*, *Eles não usam Black-Tie*, *Chapetuba Futebol Clube* e os musicais *Arena Canta Zumbi*, *Roda Viva* e outros. O teatro de participação, crítico, quebrava os limites entre público e atores, tornando palco e plateia um só espetáculo.

Com a crise política dos anos 70, surgiram os grupos que, dentro de uma perspectiva vanguardista, deram ênfase à criação coletiva, como Asdrubal Trouxe o Trombone, Pod Mino-ga e Ornitorrinco.

### 3. CINEMA NOVO

No cinema, por outro lado, os anos 50 assistiram à falência das chanchadas e dos musicais ingênuos, imitação pobre das grandes produções de Hollywood, em voga desde a década de 40. O neorealismo italiano, forjado na reconstrução da Europa destruída pela guerra, passou a influenciar uma nova geração



de cineastas brasileiros. Sob sua inspiração, realizaram-se grandes filmes, ainda na década de 50, como *Rio 40 Graus*, de Nelson Pereira dos Santos. Os anos seguintes foram marcados pela evolução na busca de um autêntico cinema brasileiro. O sucesso internacional de *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, e outros filmes retratando o sertão e o cangaço, e a possibilidade de realização de filmes baratos e afinados com a realidade brasileira criaram as condições para o surgimento do Cinema Novo, cuja máxima era “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. A grande figura do Cinema Novo é, sem dúvida, Glauber Rocha, realizador de obras imortais como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em Transe* (1967). Os duros anos de repressão da década de 70 levaram ao cinema autores clássicos da literatura brasileira em produções como *São Bernardo*, além de *Como era Gostoso o meu Francês*, *Os Inconfidentes* e outros.

#### 4. BOSSA NOVA, MPB E TROPICALISMO

A música, por sua vez, apresentou uma série de transformações significativas. A estranha fusão do samba tradicional com o *cool-jazz* – literalmente, *jazz* frio – produziu a mais importante expressão musical do Brasil contemporâneo: a Bossa Nova. A harmonia jazzística nas batidas do violão, a interpretação suave e intimista de seus intérpretes, como João Gilberto, fizeram da Bossa Nova um gênero musical peculiar. Criticada pelos puristas como uma música de elite – a dos apartamentos da Zona Sul carioca – e alienada com relação aos problemas da época, a Bossa Nova tornou-se o referencial da música popular brasileira, com grande repercussão no exterior. A partir dela, nos anos 60, passou a se constituir a MPB – Música Popular Brasileira –, fundindo elementos da música erudita, ritmos africanos e da música folclórica e de raízes, como a música caipira. Os festivais dos anos 60 revelaram as várias tendências da mú-

sica popular brasileira, como a música urbana de Chico Buarque de Holanda, a toada sertaneja moderna como *Disparada*, de Geraldo Vandré, e *Ponteio*, de Edu Lobo, entre outras. A produção musical dessa época foi marcada pelo protesto, pela denúncia em plena passagem para a ditadura militar repressiva e intolerante. Nessa medida, a música, ao lado do teatro, foi um dos mais importantes núcleos de resistência ao autoritarismo dos anos 60 e 70. Esse caráter político pode ser explicado pelo surgimento de compositores com reconhecida militância na política estudantil, vinculados ao Centro Popular de Cultura da UNE. Os anos 60 conheceriam ainda o Tropicalismo, uma complexa fusão de MPB, Bossa Nova, ritmos latinos e ingredientes da música erudita, dando uma nova dimensão aos textos e versos de Oswald de Andrade e dos concretistas Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos e afinando-se à concepção plástica de Hélio Oiticica. A Tropicália, busca de uma estética verdadeiramente brasileira – mesmo em seu universalismo com capacidade de unir guitarras elétricas, elementos do *pop* internacional, violinos e atabaques africanos –, teve nos baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil seus grandes intérpretes. Sua formação caótica, identificando-se com a revolução comportamental e a contracultura do período, valeu-lhe pesadas críticas das esquerdas ligadas à UNE e dos cultores da MPB, tendendo cada vez mais a buscar a trilha da autêntica música brasileira nos compositores da Velha Guarda.

#### 5. CULTURA DE MASSA PÓS-MODERNA

Nas duas últimas décadas, a sociedade brasileira foi virtualmente contaminada pela cultura de massa, destituída de conteúdo crítico e absolutamente dominada por arquétipos produzidos pela mídia eletrônica. A maior estrela e vilã do período foi, sem dúvida, a televisão. Seu crescimento foi vertiginoso: em 1994, havia 257 geradoras (emissoras que produzem

seus próprios programas) e 6.272 retransmissoras (estações que retransmitem os programas das geradoras), atingindo todo o território nacional. A Rede Globo de Televisão, com sede no Rio de Janeiro, foi considerada a terceira rede de televisão do mundo por sua qualidade técnica e produtiva. “Em 1990, foi inaugurado o sistema por assinatura com transmissão via satélite e recepção por antenas parabólicas ou transmissão por micro-ondas. Em 1993, a rede de cabos começou a ser instalada, completando assim um sistema de transmissão mais abrangente” (Joelza Ester Domingues). Além da televisão e do rádio, com suas transmissões ao vivo, levando a notícia a milhões de pessoas, desde os anos 80, a sociedade brasileira vem constatando a renovação do cinema, do teatro e uma verdadeira revolução nas artes plásticas. Os avanços culturais verificados nestas últimas décadas são reflexos do processo de redemocratização do País e do fim da censura.

#### 6. ARTES PLÁSTICAS

Na segunda metade dos anos 80 e começo dos 90, ocorreu a grande difusão da pintura tridimensional. Novos materiais, como cera, pigmentos, entretelas, objetos, fragmentos, resina e até sangue e pele humana, passaram a ser utilizados como experimentos na tela. Também houve uma grande expansão da escultura e da instalação. A artista Jac Leiner ficou conhecida internacionalmente quando montou uma instalação onde dispôs, sequencialmente, objetos conseguidos em lugares públicos. Estes sugeriam uma sociedade de consumo (eram sacolas plásticas de lojas, dinheiro, cinzeiros de restaurantes, objetos de avião etc.). Nuno Ramos, em 1993, criou a instalação *111*, uma forma de denúncia ao massacre dos 111 presos da penitenciária do Carandiru, em São Paulo (eram 111 paralelepípedos com velas e jornais que queimavam em cima). Também se destacaram na escultura: Artur Lescher, Guto Lacaz, Nina Moraes, entre outros.



Paralelamente, os museus e a pesquisa em Museologia passaram por uma grande crise nos anos 80. Os museus lutaram contra a falta de verbas, conservação precária dos acervos e falta de infraestrutura, até para receber o público. As pesquisas e cursos de Museologia foram quase totalmente extintos. Mas, no início dos anos 90, houve um renascimento dessas instituições. Alguns museus,

como o de Belas Artes, do Rio de Janeiro, Museu Lasar Segal, Pinacoteca do Estado e Museu de Arte Contemporânea, de São Paulo, têm usado sua criatividade e competência na condução de uma política museológica mais pragmática. Este caminho tem ido ao encontro dos anseios do grande público, pois modernizar o museu é manter viva a memória nacional.

Nos anos 90, a geração artística não mais “celebrava” de forma veemente como na década passada. Mais engatada no mercado e voltada para uma variedade de temas despolitizados, criou um ar de “fim de festa”. No dizer de Frederico Moraes, “se acabou a festa de uma geração, continua a aventura da arte, que esta é eterna”.

## 7. CRONOLOGIA

**1948** – Fundação do Teatro Brasileiro de Comédia, do Museu de Arte Moderna e da Escola de Arte Dramática; estreia de *Anjo Negro*, de Nélson Rodrigues.

**1949** – Fundação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

**1950** – Inauguração da TV Tupi de São Paulo.

**1951** – Instalação da I Bienal de São Paulo.

**1953** – Formação do Teatro de Arena.

**1958** – Lançamento do 78 RPM *Chega de Saudade*, de João Gilberto.

**1960** – Criação do Centro Popular de Cultura da UNE.

**1962** – *O Pagador de Promessas*, de Anselmo Duarte, e *Barravento*, primeiro longa-metragem de Glauber Rocha.

**1963** – *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.

**1964** – Show Opinião, com Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale.

**1965** – Programa Jovem Guarda e I Festival da Música Popular Brasileira da TV Excelsior de São Paulo.

**1967** – Explosão do Tropicalismo com a apresentação de *Alegria, Alegria* (Caetano Veloso) e *Domingo no Parque* (Gilberto Gil), no III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record.

**1968** – Proibição de Caetano Veloso de cantar *É Proibido Proibir*; disputa entre *Sabiá*, de Chico Buarque e Tom Jobim, e *Caminhando*, de Geraldo Vandré, pela final do III Festival Internacional da Canção.

**1969** – *Macunaíma*, do cineasta Joaquim Pedro de Andrade.

**1972** – *Independência ou Morte*, filme de Carlos Coimbra.

**1976** – *Dona Flor e seus Dois Maridos*, filme de Bruno Barreto.

**1981** – *O Homem que Virou Suco*, filme de João Batista de Andrade, premiado no Festival de Moscou; *Gaijin, os Caminhos da Liberdade*, de Tizuca Yamasaki, premiado em Havana, e *Pixote, a Lei do Mais Fraco*, de Hector Babenco, premiado nos EUA.

**1983** – *Pra Frente, Brasil*, filme de Roberto Farias, e *Parayba, Mulher Macho*, de Tizuca Yamasaki.

**1988** – Criação da Fundação do Cinema Brasileiro.

**1990** – Extinção da Embrafilme e da Lei Sarney de incentivo à cultura pelo presidente Collor.

**1993** – Criação do Programa Banespa de incentivo à indústria cinematográfica.

## MÓDULO 60

### As Transformações da Condição Feminina depois da Segunda Guerra Mundial e Questões Políticas da Atualidade: a Pax Americana

#### 1. INTRODUÇÃO

Na Idade Antiga, consideradas seres inferiores. Na Idade Média, classificadas como os “portões do Inferno”. Mais tarde, queimadas como bruxas na chamada Idade Moderna e, desde o século XVIII, pressionadas por uma extenuante jornada dupla.

A histórica condição de opressão acabou gerando não apenas vítimas, mas fortes movimentos de contestação liderados por mulheres que se opuseram à discriminação. Embora possamos destacar algumas lideranças, é importante lembrar dos milhares de mulheres anônimas que resistiram e resistem ainda no cotidiano.

No século XIX, época dos movimentos liberais e socialistas, da Segunda Revolução Industrial e da Divisão Internacional do Trabalho, começaram a aparecer com mais força os movimentos em defesa dos direitos das mulheres, como, por exemplo, a ação das sufragistas. A força desses movimentos está relacionada

à presença do trabalho feminino nas fábricas e ruas das grandes metrópoles que estavam se consolidando.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a ação militar nos frentes era respaldada pelo intenso trabalho das mulheres nas indústrias. Pouco tempo depois, principalmente na Europa, vários países consagraram o direito de voto às cidadãs.

No contexto da Segunda Grande Guerra, com a participação cada vez maior da força feminina no mercado de trabalho, o direito ao voto feminino foi estendido até o Oriente.

O reconhecimento dos direitos políticos acabou fortalecendo outra frente da luta pelos direitos das mulheres: o direito de cuidar do seu próprio corpo. A intensificação da pílula anticoncepcional e as polêmicas marchas pró-aborto são exemplos disso.

Organizações como a ONU reiteradas vezes defenderam os proclamados direitos das mulheres. No entanto, a necessidade de esses direitos serem repetidamente consagrados nos impele a perceber que o cotidiano ainda é marcado por flagrantes desrespeitos à condição feminina – desde as “brincadeiras inocentes” até a violência doméstica, esbarrando em questões culturais e até mesmo nas diferenças salariais.

O Brasil foi considerado um dos campeões de violência contra a mulher durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (Beijing) (1995). Embora esse dado seja polêmico, por existir a possibilidade de ser explicado não por uma incidência maior da violência, mas sim por uma elevação no número de denúncias, a situação não é das mais confortáveis. Segundo o último censo, houve um crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres. Esse dado por si só não seria preocupante não fosse outro problema: as mulheres, maioria no País, são mais instruídas do que os homens, mas recebem salários menores e são em menor número no mercado de trabalho. Esse último item, contudo, deve ser relativizado pelo fato de as mulheres, principalmente na zona rural, realizarem trabalhos não remunerados, porém vitais para a sobrevivência do seu grupo familiar.

Apesar dos históricos entraves para uma efetiva garantia dos direitos das mulheres, a legislação brasileira, principalmente a partir da Constituição de 1988, tem trazido alguns avanços significativos, proibindo as diferenças salariais, criando mecanismos contra a violência doméstica e ratificando as decisões das Conferências Internacionais.

Aparentemente, parece estar “fora de moda” a discussão pelos direitos das mulheres e muitos grupos feministas têm perdido a sua força num momento histórico marcado pelo desemprego. Entretanto, cabe ressaltar que a defesa dos direitos da mulher é um capítulo dos mais importantes na luta pela dignidade humana.

## 2. NOVOS ASPECTOS DO FEMINISMO

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou um livro que revolucionou a compreensão da particularidade do universo feminino. *O Segundo Sexo*, livro de Beauvoir, negava a existência de um “destino biológico feminino”, demolindo o mito da “natureza feminina”. A companheira de Jean-Paul Sartre afirmava que “a feminilidade não é uma essência nem uma natureza: é uma situação criada pelas civilizações a partir de certos dados fisiológicos”.



*Simone de Beauvoir foi destaque na luta pela igualdade sexual.*

O impacto gerado pelo livro causou inúmeras críticas, tanto dos conservadores, em razão dos capítulos dedicados à sexualidade feminina, quanto da esquerda, que acusava Simone de desviar o foco primordial da questão: a luta de classes.

As mudanças processadas, com base nessa nova forma de encarar o universo feminino e nas descobertas

do período, foram inúmeras: com o surgimento da pílula, conquistaram a liberdade sexual; com a aprovação da lei do divórcio, a independência emocional; ao entrar no mercado de trabalho, abriram espaço para a conquista da independência financeira, consequência de todas as outras conquistas e porta de entrada para as novas que, certamente, ainda virão.

## 3. O MUNDO DA MODA

A colonização portuguesa trouxe para o Brasil o padrão estético e a moda europeia. Coube à mulher colonizada dissimular a cor e as “imperfeições” do corpo com o uso de perucas, espartilhos e tecidos volumosos.

Maria Antonieta recriou os modelitos da época romana: cintura alta, mangas curtas e luvas, uma tortura para as recém-brasileiras, porém o vestuário era um sinal de riqueza, tradição e linhagem, mesmo que fosse desconfortável e inadequado para os trópicos.



*A beleza feminina não foi subestimada no movimento das mulheres.*

A década de 20 começou com grande euforia na economia e na moda; as melindrosas aboliram os espartilhos e colocaram o colo, parte das pernas e as costas de fora. A evolução da indústria farmacêutica, durante a guerra, popularizou o uso da maquiagem. Curvas generosas, seios e quadris apertados perderam espaço, agora a moda era mostrar os tornozelos.

Nos anos 30, o mundo estava à beira da falência; as saias e os cabelos das mulheres cresceram, e o corpo foi redescoberto em uma elegância simples e refinada. Eram os sutiãs que modelavam os seios em uma cinta que marcava as formas, preservando a naturalidade. A vida

esportiva e ao ar livre ganhou destaque, a bicicleta foi popularizada; surgiram os *shorts* e os óculos escuros.

A Segunda Guerra Mundial foi o grande marco da década de 40 e impulsionou uma política de racionamento. A produção em massa ganhou a indústria de vestuário, roupas e sapatos ficaram mais sérios e pesados, as meias finas deram lugar às meias soquetes.

A feminilidade e o *glamour* foram os grandes marcos dos anos 50. O luxo, o prazer e a elegância eram as ordens do momento; cabia à mulher do pós-guerra ser bonita, boa dona de casa, esposa e mãe. Os eletrodomésticos vieram em seu auxílio, eram o sonho do consumo feminino. Surgiu a moda jovem: calças cigarretes, sapatos baixos, saias rodadas e suéteres. Iniciaram-se as discussões a respeito do papel da mulher como indivíduo de vontade própria.

Os anos 60 foram revolucionários, ocorreu uma reavaliação comportamental feminina sem precedentes. Jovens universitárias usavam pílulas, minissaias e queimavam sutiãs em praça pública. A maternidade começava a ser vista como uma opção pessoal, independente do casamento e da vida a dois.



*A Terceira Idade feminina e a luta política das mulheres.*

Os anos 70 voltaram a atenção para o corpo e a estética, contrapondo-se à despreocupação dos *hippies*. A moda combinava elementos *black-powers* e a boca de sino. O fisiculturismo e o *cooper* sobressaíram nos

anos 80, as horas eram gastas em exercícios para a exibição de músculos esculpidos.

Em 1977, foi aprovada a lei do divórcio, que lançou novas concepções à estrutura familiar. A mulher dos anos 80 preocupava-se com a saúde, a estética, a carreira e a família. Surgia um tipo genuinamente brasileiro de mulher, e a classe média ganhava destaque na TV através de um seriado, *Malu Mulher*. A presença feminina nas empresas era cada vez maior e reacrescia o debate sobre as diferenças de gênero.

A diversidade de comportamentos foi o grande marco da década de 90. Os modelos de beleza foram profundamente contestados, e o uso do silicone aumentou a polêmica. A celulite, as rugas e os complexos físicos cederam lugar aos avanços tecnológicos e à promessa de beleza eterna.

#### 4. O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA

A narrativa histórica, durante muitos anos, foi construída por uma elite adulta, branca e constituída, majoritariamente, por indivíduos do sexo masculino. Desta forma, os elementos pertencentes a outros grupos não tinham visibilidade no processo histórico.

A exclusão da mulher na construção da história de um país não denota uma ausência de participação; ao contrário, significa um escamoteamento desse grupo como ser atuante em um determinado período e tempo histórico.



*A condição feminina valorizou o papel político das mulheres.*

A participação das mulheres na História é tão antiga quanto a própria História. O papel feminino sempre foi importante e assumiu inúmeros aspectos; algumas vezes, revolucionário, outras, reacionário, porém ele sempre existiu.

A participação feminina é marcante em todas as áreas. Mme. Curie, cientista polonesa, recebeu o prêmio Nobel em Física, em 1903. Indira Gandhi tornou-se a primeira mulher chefe de governo da Índia. Jacqueline Kennedy sempre ditou moda e comportamento, sendo uma das mulheres mais imitadas de sua época.

No Brasil, várias personagens tiveram um papel de destaque na construção da memória e da cidadania da mulher brasileira. Ana Néri serviu como enfermeira voluntária na Guerra do Paraguai. Anita Garibaldi recebeu o título de “Heróina dos Dois Mundos”, mulher de origem humilde, sem nenhuma instrução e que lutava pelos ideais de liberdade. Maria Quitéria, embora dotada de rara inteligência, permaneceu analfabeta, porém vestiu-se de homem para poder participar das lutas pró-independência. Enfrentando todos os preconceitos de seu tempo, Chiquinha Gonzaga foi a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Maria Bonita foi a primeira a ser aceita no cangaço, permaneceu por sete anos atuando em todas as atividades, até mesmo nas lutas. Estas e muitas outras fazem parte de nossa história, e suas memórias devem ser resgatadas.

#### 5. AS QUESTÕES POLÍTICAS DA ATUALIDADE

Neste início do século XXI, mais precisamente após uma década e meia do fim da Guerra Fria (1947 a 1989), sentimos os efeitos de uma transição histórica e da afirmação de uma nova ordem monopolar mundial.

Para os que viveram àquela época, ou seja, o final dos anos 80 do século XX, o noticiário foi recheado por análises de especialistas perplexos com o chamado fim de ideologias e ainda comprometidos com valores da sociedade que estava morrendo. Diante daquele velho mundo que desabava, previam-se: uma Era de



paz total; o fim da fome e da miséria; o entendimento entre as etnias; o papel da ONU como fórum absoluto e incontestável para a problemática mundial. O conceito da moda era a globalização e seu arauto correspondia à Internet, representando símbolos da modernidade que iria igualar a tudo e a todos, os homens e as nações, em um grande mercado mundial no qual a capacidade de cada um em manter a fluidez de capitais e inovações seria a única exigência para o progresso. De acordo com essa teoria, caberia a cada um de nós acabar com os empecilhos éticos, políticos e nacionalistas arcaicos, que, agora, seriam os únicos obstáculos para o progresso sem limites.

Contudo, o que se viu nesses últimos anos contrariou essas previsões otimistas e apressadas. Pressupor que o mundo, após conflitos e situações de tensão insuportáveis, irá melhorar está sedimentado na crença iluminista, no conceito de que a bondade está intrinsecamente ligada ao homem e ao ideal de progresso, com os quais a civilização ocidental gosta de analisar qualquer perspectiva de sociedade. As guerras continuam, acompanhadas de suas amigas: a fome e a pestilência. A ONU evidencia em nossos dias o papel simbólico que sempre teve.

## 6. A PAX AMERICANA

No início do século XX e até o fim da Segunda Guerra (1939 a 1945), o planeta foi geopoliticamente pluripolar: a Europa possuía focos de poderes conflitantes entre as estagnadas França e Inglaterra e a ascendente Alemanha; existia um fantasma comunista na incógnita União Soviética no pós-Revolução de 17; os pluriétnicos Impérios Turco Otomano e Austro-Húngaro não durariam até os anos 20, criando um enorme vazio de poder que semeou novas rivalidades. No Oriente, a ascensão do Japão esbarrava em territórios coloniais europeus e em avanços dos então isolacionistas EUA, que o eram apenas politicamente, pois estendiam seus interesses econômicos para a Ásia, o Pacífico e a América Latina.

Por motivos já estudados, o fim da Segunda Guerra trouxe uma nova ordem bipolar e o surgimento de superpotências, os EUA e a URSS, que a partir daí liderariam blocos que simbolizariam durante 40 anos a luta entre o socialismo real e o capitalismo.

O peso da corrida militar e os equívocos da economia soviética foram muito grandes e cobraram seu preço. No início dos anos 90, a URSS desmoronava, deixando os EUA como o senhor do mundo de então. A última década do século XX e a primeira do nosso século XXI estão sendo apelidadas de *Pax Americana*, que teria sucedido a *Pax Britânica*, no século XIX, e a *Pax Romana*, na Antiguidade, as quais representaram fases de hegemonia incontestável no apogeu da história desses povos. Podemos dizer que nenhuma hegemonia dura para sempre e sua manutenção é custosa e sempre feita com a opressão econômico-militar dos opositores. Como disse o historiador Paul Kennedy, um Império dura até o limite da extensão de sua expansão e responsabilidade. Todo imperialismo trouxe formas distintas de pressão e exploração, mas o romano e o inglês também produziram ordem, segurança, educação e progresso para parcelas do povo e, principalmente, para elites dessas culturas submetidas. A simbiose entre dominadores e dominados durou até o momento em que deixou de valer a pena abrir mão da autonomia, hábitos e cultura em troca da dominação estrangeira.

O dilema consistiu no fato de que o imperialismo americano tentou associar sua hegemonia com um modelo neoliberal excludente. O Consenso de Washington de 1989 tentou impor regras do Estado mínimo e o modelo econômico do vencedor da Guerra Fria como o único caminho a ser seguido pelos povos ditos atrasados, pois os problemas desses povos, na maioria, seriam fruto de governos nacionalistas e autoritários, de democracias populistas e irresponsáveis, com seus Estados inchados, corruptos, ineficientes e arcaicos, que a Nova Ordem e a globalização forçariam a um enquadramento.



*O centro do poder político do mundo globalizado.*

Em razão da pressa em dar essas novas orientações, elas foram feitas sem levar em conta interesses seculares do dito Terceiro Mundo, e o resultado de suas aplicações foi apenas o aprofundamento da dependência econômica, da desigualdade em troca de discutíveis modernizações estruturais e estabilizações monetárias que, apesar de atraentes, causaram uma grande vulnerabilidade aos chamados ataques especulativos.

## 7. OS EFEITOS

Como não existe ação sem reação, o fruto dessa situação foi um antiamericanismo sem precedentes. As nações emergentes do Terceiro Mundo ensaiaram posturas ora agressivas de nacionalismo, como a Revolução Bolivariana Venezuelana, ora de contestação de domínio e orientação econômica, como o Mercosul, mostrando novos caminhos para o progresso econômico, buscando alianças com a China e a Índia e mesmo com a Comunidade Europeia.



*George W. Bush, presidente dos EUA.*



Países europeus, como a França, a Inglaterra e a Rússia, ensaiaram alianças e colocam-se como um bloqueio às aspirações de hegemonia americana. Na outra ponta, temos os mais radicais que, através de rebeliões, fazem do terrorismo uma atitude “válida”, pois, movidos por motivos políticos, religioso-étnicos e mesmo criminosos, consideram o poderio norte-americano uma ameaça de supressão de sua liberdade de ação e objetivos entendíveis como válidos.

Ao mesmo tempo, encontramos as resistências de Estados que cresceram na Guerra Fria com grande liberdade, porque eram úteis as disputas entre as grandes potências, tornando-se um inconveniente embaraçoso e descartável na Nova Ordem. Ocorreram a Guerra da Bósnia e as intervenções no Panamá, em Granada, em Kosovo e no Iraque, para excluir ditadores criados pelos seus próprios algozes. Os novos donos do mundo não aceitam contestações e

essas guerras não são feitas apenas por petróleo ou água, mas para afirmar o papel norte-americano como a “Polícia do Mundo”. A frase do secretário de Estado norte-americano Colin Powel, em 2003, após a Segunda Guerra do Golfo, foi emblemática: “Esperemos que os países do Oriente Médio tenham entendido o recado.” O inconveniente dessa nova postura imperialista é que ela instalou a opressão antes de os submetidos terem entendido seus benefícios.

## 8. CRONOLOGIA

**1791** – É lançada a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã na França – a autora foi mais tarde guilhotinada.

**1792** – Mary Wolstonecraft publica, na Inglaterra, obras defendendo a educação para as mulheres.

**1832** – A brasileira Nísia Floresta traduz a obra pioneira de Mary Wolstonecraft.

**1848** – Ocorre o Manifesto Feminista.

**1857** – Dá-se o movimento das tecelãs de Nova York.

**1873** – Surge no Brasil o periódico feminista *O Sexo Feminino* defendendo o acesso à educação.

**1879** – O governo brasileiro abre as instituições de ensino superior às mulheres.

**1887** – A pernambucana Maria Amélia de Queiroz profere palestras públicas contra a escravidão.

**1893** – A Nova Zelândia torna-se o primeiro país a reconhecer o voto feminino em eleições nacionais.

**1905** – Ernestina Lesina, líder das operárias paulistas, lança a revista *Anima e Vita*.

**1910** – O I Congresso Internacional das Mulheres escolhe o dia 8 de março como o Dia da Mulher.

– Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino e exige a extensão do voto às mulheres.

**1920** – É fundada a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. EUA – sufrágio feminino.

**1932** – É criado um novo código eleitoral no Brasil garantindo o direito de voto às mulheres.

**1933** – Carla Pereira de Queiroz participa da Assembleia Constituinte.

**1934** – A Constituição do Brasil assegura o voto feminino.

**1942** – Surge a Frente Única de Mulheres no Brasil.

**1949** – Simone de Beauvoir lança o ensaio *O Segundo Sexo*. É fundada a Federação de Mulheres do Brasil.

**1951** – OIT aprova resolução defendendo igualdade de remuneração para homens e mulheres.

**1952** – Há uma Convenção da ONU sobre os Direitos Políticos da Mulher.

**anos 60** – É criada a pílula anticoncepcional. Ocorre uma revolução sexual.

**1962** – É suprimido o Código da Mulher Casada que a considerava relativamente incapaz.

**1963** – Betty Friedan escreve a *Mística Feminina*.

**1964** – O Conselho Nacional de Desportos proíbe a prática do futebol feminino no Brasil.

**1966** – Betty Friedan funda a *National Organization of Women (NOW)*.

**1967** – É garantida a igualdade legal sem distinção de sexo.

**anos 70** – As mulheres paulistas lideram movimentos contra a carestia.

**1971** – Feministas cariocas contestam a ditadura que proibira a comemoração do Dia da Mulher.

– Leila Diniz quebra tabus exibindo a sua gravidez num biquíni.

**1975** – ONU lança o Ano Internacional da Mulher.

– São criados o Centro da Mulher Brasileira e o Movimento Feminino pela Anistia.

**1977** – É aprovada a lei do divórcio no Brasil.

**1979** – O grupo “Las Locas de Mayo” ganha reconhecimento internacional.

**1980** – É criado o SOS Mulher.

**1985** – Surge em São Paulo a primeira delegacia de atendimento especializado à mulher.

– É instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

**1988** – É organizado o “Lobby do batom” na Assembleia Constituinte brasileira.

**1993** – A Conferência Mundial dos Direitos Humanos reconhece oficialmente todos os direitos das mulheres.

**1995** – Ocorre a IV Conferência Mundial das Mulheres na China.

– É iniciada no Canadá a marcha por “Pão e Rosas”.

**1996** – Surge o Movimento Mulher sem Medo do Poder.

– É estabelecido o sistema de cotas na Legislação atual.

**2002** – Ocorre a Marcha Mundial das Mulheres em Mossoró.



## MÓDULO 25

## Nazismo e Franquismo



## 1. O NAZISMO

❑ **A crise alemã no pós-Primeira Guerra**

Com o término da Primeira Guerra Mundial e a abdicação do imperador Guilherme II, a Alemanha entrou em um verdadeiro caos político.

Os partidos de esquerda tentaram tomar o poder em Berlim e foram impedidos pelo exército.

As eleições nacionais de 1919 marcaram uma derrota parcial dos social-democratas, considerados responsáveis pela fome que grassava na Alemanha. Para manter-se no poder, aliaram-se aos católicos e aos burgueses liberais.

A Assembleia Constituinte reuniu-se em Weimar, na Turíngia, elegendo o socialista Ebert como presidente da República. O novo regime de Weimar a custo conseguiu conter as revoltas extremistas, organizadas pelos esquerdistas que queriam apossar-se do poder.

Em 1919, foi votada a nova Constituição da Alemanha. Estabelecia uma Federação de 23 Estados, que passavam a ter uma Constituição democrática, enviando seus delegados a uma Assembleia Nacional, o Reichsrat. O poder, em essência, continuava pertencendo ao Reichstag, assembleia eleita por voto universal. O presidente da República seria eleito por sete anos, mediante voto direto universal. Tinha por função comandar o exército, indicar os ministros, dissolver o Reichstag se necessário e convocar novas eleições. Os ministros eram perante ele responsáveis.

De 1919 até 1929, a chamada República de Weimar enfrentou enormes dificuldades. Apesar das reformas trabalhistas que limitavam o tempo de trabalho a oito horas e de um conselho de patrões e empregados criado para orientar a política econômica do país, a miséria e a fome abatiam-se sobre a Alemanha em consequência da contínua desvalorização monetária, provo-

cada por necessidade de pagar as reparações de guerra aos aliados. A ocupação do Ruhr pelos franceses tornou a situação ainda mais crítica. Em 1923, a inflação era galopante.

Os assalariados e a classe média urbana foram terrivelmente prejudicados. Produtores e camponeses, porém, foram favorecidos pela alta dos preços, porque eles possuíam produtos que não se desvalorizavam.

No plano político, a situação continuava grave. Vários golpes de direita e esquerda se sucederam, sem lograr a tomada do poder.

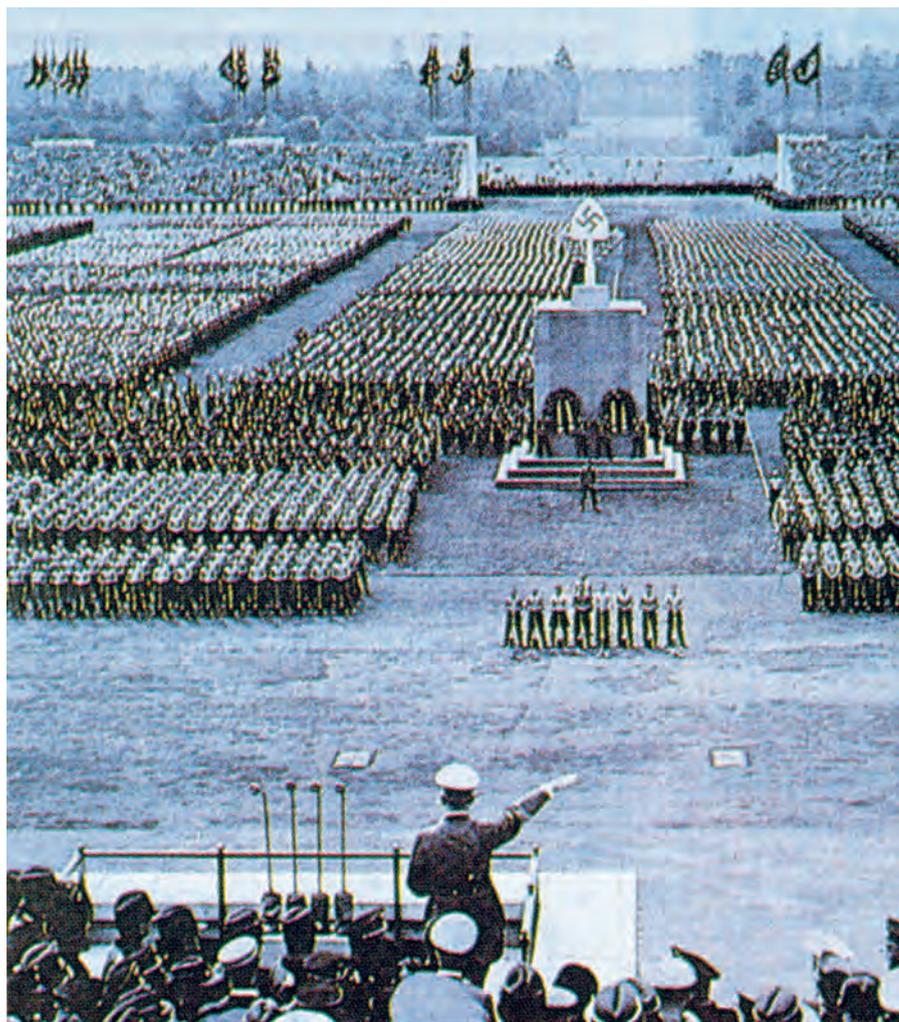
A estabilidade começou a voltar graças ao aparecimento de um novo

marco (Rentenmark), ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente norte-americano, e ao Plano Dawes, que facilitava a operação de pagamento das reparações.

Hindenburg foi eleito presidente em 1925, em substituição a Ebert, falecido. A recuperação da Alemanha era entretanto bem frágil. A crise econômica mundial de 1929 demonstraria esse fato, pois permitiria a ascensão ao poder do líder do Partido Nazista, Adolf Hitler.

❑ **Hitler e a doutrina nazista**

Hitler nasceu na Áustria, próximo à fronteira alemã. Destinado por seu pai à carreira de funcionário, preferiu a



As manifestações nazistas alardeavam a disciplina e o poderio militar alemão.



pintura, tendo sido duas vezes reprovado nos exames para ingresso na Academia de Viena. Em 1908, seus pais já haviam falecido. Só, vivia de afazeres diversos, pernoitando em albergues e tentando viver dos cartões-postais que pintava. Perambulava pelos bares, lendo todos os jornais e livros que lhe caíam às mãos. Em 1913, deixou Viena, dirigindo-se para Munique, onde levava o mesmo tipo de vida. Veio a guerra. Incorporou-se num regimento alemão.

Participou com bravura, foi ferido duas vezes e condecorado com a Cruz de Ferro. A derrota abalou-o profundamente. Considerava-a resultado não da eficiência dos aliados, mas da traição política ocorrida dentro da própria Alemanha.

O seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta), publicado em 1925, contém sua doutrina e a filosofia política do futuro Estado nazista.

Seu nacionalismo era extremado. Opunha-se aos judeus, num antissemitismo cujas origens são difíceis de explicar. Via nos judeus um fator de corrupção do povo alemão. Cristo e Marx, dois judeus, pregavam a igualdade entre os homens e a resignação, ideias que Hitler considerava nocivas ao povo alemão.

Daí surgiu a sua doutrina racista, segundo a qual os homens eram desiguais por natureza. A raça superior era a dos arianos (germânicos), altos e alourados. Na Alemanha, eles existiam em estado puro, sendo pois a raça superior. Ora, um povo superior não poderia viver sob a humilhação do Tratado de Versalhes. O povo alemão deveria agrupar-se em um único Estado: a Grande Alemanha, que reuniria todas as populações germânicas.

Hitler desprezava os povos latinos e principalmente os eslavos, os quais julgava que deveriam ser reduzidos à escravidão, dominados pelos germânicos. A pureza da raça ariana deveria ser defendida por meio da impiedosa perseguição aos judeus.

### ❑ A tentativa de tomada do poder

A organização do Partido Nacional Socialista (Nazista) foi a base fundamental para a tomada do poder por Hitler. Depois da guerra, estabeleceu-se em Munique e organizou um pequeno

partido chamado Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, do qual faziam parte indivíduos de tendências nacionalistas. Hitler fez o partido crescer, percorrendo a Alemanha para angariar aderentes.

As reuniões do Partido eram aparatosas. Vestidos em uniformes, faziam numerosas paradas e atacavam violentamente os socialistas.

Foi fundado um jornal partidário. Numerosos adeptos foram recrutados entre os desempregados. Intelectuais, como Alfred Rosenberg e Joseph Goebbels, e oficiais desempregados, como Hermann Göring e Rudolf Hess, também se filiaram.

A crise de 1923 pareceu ser uma oportunidade ideal para um golpe militar na Baviera, onde os nazistas estavam bem estabelecidos. Hitler organizou então uma manifestação militar para tomar o poder (*putsch*). Teve o apoio do general Ludendorff, cujo prestígio era enorme. Numa concentração em Munique, Hitler anunciou que a revolução nacional começara; mas a massa da população não o seguiu: a resistência da polícia resultou num tiroteio, com vários mortos de saldo. Hitler foi preso e condenado a cinco anos de prisão, tendo cumprido pouco mais de um ano. Aí escreveu sua obra doutrinária.

O Partido Nazista definiu. Em 1924, tinha eleito 32 representantes. Em 1928, só conseguiu eleger 14. Em 1929, não tinha mais de 120 mil membros.

### ❑ A crise econômica e a tomada do poder

Depois das dificuldades econômicas dos primeiros anos do pós-guerra até 1924, a economia alemã havia recuperado seu equilíbrio, graças aos investimentos vindos do estrangeiro (principalmente dos Estados Unidos). As exportações superavam as importações. De 1930 em diante, porém, os capitalistas estrangeiros começaram a retirar seus empréstimos. A inflação recomeçou e a crise econômica também. A produção do país entrou em declínio. O desemprego cresceu: mais de 1 300 000 trabalhadores em 1929, 3 000 000 em 1930 e 4 350 000 em 1931. Em 1933, havia chegado a 6 milhões.

A miséria da população permitiu a ascensão política do Partido Nazista,

bem como do Partido Comunista. Nas eleições de 1930, essa tendência manifestou-se claramente. Os nazistas elegeram 107 deputados e os comunistas 77, em detrimento dos partidos liberais.

Em 1932, terminava o período presidencial de Hindenburg; este se candidatou novamente, tendo Hitler como adversário. Foram necessárias duas eleições para decidir o pleito. Hitler perdeu, mas obtivera um considerável número de votos.

O cargo de chanceler (primeiro-ministro) foi confiado ao nobre Von Papen. Sua grande dificuldade era o progresso dos nazistas. Estes aumentaram o número de deputados no Parlamento nas eleições seguintes. Hindenburg recebeu poderes excepcionais e chamou Hitler para a vice-chancelaria, mas o chefe nazista não aceitou.

O Reichstag foi dissolvido e novas eleições realizadas. Os nazistas perderam várias cadeiras. Entretanto, o problema permanecia. Não era possível governar sem os nazistas ou contra eles.

Hindenburg substituiu Von Papen por um general de tendências socialistas, esperando ganhar apoio popular. Mas o próprio Von Papen convenceu o presidente a chamar Hitler para o poder, esperando assim controlá-lo melhor. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler assumiu a chancelaria, tendo Von Papen como vice-chanceler.

Da chegada ao poder até o estabelecimento da ditadura foi um passo rápido. Acusando os comunistas de incendiar o Reichstag (incendiado pelos próprios nazistas), Hitler colocou o Partido Comunista fora da lei e pôs-se a perseguir-lo violentamente. As liberdades constitucionais foram suspensas. Milhares de prisões foram feitas pela nova polícia secreta do Estado (Gestapo).

As eleições de 5 de março de 1933 deram 44% dos votos aos nazistas, que adotaram todos os meios lícitos e ilícitos para alcançar essa maioria.

O novo Reichstag eleito deu a Hitler plenos poderes. As cores da República foram substituídas por uma bandeira vermelha com a cruz gamada em negro e branco, símbolo do Partido Nazista. Todos os partidos, com exceção do nazista, foram dissolvidos e proibidos de reorganizar-se. A centralização da Alemanha foi concluída. Os comissários enviados pelo poder central instalaram-

-se com poderes absolutos nos Estados germânicos. A maior parte dos ministros não nazistas foi excluída. Hitler tornou-se o condutor, o guia e chefe (*Führer*).

Com a morte de Hindenburg em 1934, não foi eleito outro presidente. Hitler acumulou as funções de chanceler e chefe de Estado. Um plebiscito confirmou esta decisão com cerca de 90% dos votos a favor.

Estava legalizado o totalitarismo na Alemanha. Como Mussolini na Itália, Hitler detinha agora o poder absoluto em seu país.

## ❑ A organização econômica da Alemanha nazista

A estrutura capitalista baseada no trabalho assalariado e na livre empresa continuou a existir na Alemanha. A intervenção do Estado na orientação da produção era limitada. Contentava-se em controlar o modo do trabalho e conduzir a produção de acordo com as necessidades gerais.

O Estado garantia a vida econômica e social. A produção foi harmonizada e fixado o horário de trabalho, bem como os salários máximos e mínimos e a margem de lucro das empresas. Procurou-se melhorar a qualidade profissional dos trabalhadores. Os sindicatos desapareceram e as greves foram proibidas. Para conter o êxodo rural, foram criadas propriedades familiares indivisíveis e invendáveis, transmitidas hereditariamente a um único herdeiro (o *Erdhof*). O camponês estava protegido contra a perda de sua propriedade, mas por outro lado estava também preso à terra.

A concentração das indústrias acelerou-se. As indústrias de baixo rendimento foram suprimidas em 1939.

O plano quatrienal anunciado em 1933 propunha a construção de numerosas obras públicas, para acabar com o desemprego; este praticamente já havia desaparecido em 1937. O rearmamento alemão foi iniciado, contrariamente à determinação do Tratado de Versalhes, o que permitiu o acentuado desenvolvimento da indústria bélica. Os financiamentos foram efetuados com uma certa inflação monetária, disfarçada pelo aumento periódico dos impostos sobre as rendas.

A falta de ouro tornava difícil a importação de matérias-primas indispensáveis. Uma saída para o problema

foi importar produtos pagáveis somente com produtos alemães. Isto estimulou as relações da Alemanha com os países da Europa Central.

A partir de 1937, a política econômica exterior tornou-se mais agressiva. As exportações aumentaram por causa do desenvolvimento de indústrias especializadas na Alemanha (produtos químicos, têxteis, maquinário etc.).

Por volta de 1939, a indústria alemã atingia a segunda produção no mundo, colocando-a em condições de sustentar o esforço exigido pela Segunda Guerra Mundial que logo iria começar.

## 2. O FRANQUISMO

O fascismo não foi um fenômeno restrito à Itália e à Alemanha.

A crise de 1929, ao arrastar as economias europeias ao abismo, fez com que estas adotassem medidas protecionistas para resguardar-se da concorrência estrangeira. O nacionalismo econômico tomou feições políticas e espalhou-se por vários países.

### ❑ As crises políticas da Espanha

A história da Espanha, após o Congresso de Viena de 1815, é marcada politicamente pelas lutas contra o absolutismo real e por lutas internas separatistas.

A instabilidade política na Espanha era constante. Em 1812, 1837, 1845, 1869, aprovaram-se constituições com a finalidade de conter o poder real e estabilizar politicamente o país.

Em 11 de fevereiro de 1873, foi proclamada a Primeira República, de curta duração. No ano seguinte, os monarquistas proclamaram Afonso XII rei da Espanha.

Dentro e fora da Espanha, ocorriam insurreições. Os mouros rebelaram-se. Os cubanos queriam a independência. Nas Filipinas, a população insurgia-se.

Afonso XIII, em 1902, jurou a Constituição e inaugurou uma nova fase de governo. A monarquia exercia o poder de direito e os militares, o poder de fato.

Miguel Primo de Rivera, general da Catalunha, no ano de 1923, ameaçou tomar o poder. O rei dissolveu as Cortes, iniciando um período de ditadura militar, até 1925, quando os militares foram substituídos por civis, tendo Primo de Rivera como presidente do Diretório que se constituiu.

O general Berenguer substituiu Primo de Rivera, em 1930. Uma rebelião militar, em Jaca, levou ao desprestígio o seu governo, por mandar fuzilar os líderes. Berenguer demitiu-se e Aznar assumiu o poder.

As eleições municipais foram marcadas para 1931. Nesse momento, a população encontrava-se totalmente descontente com o regime de governo e com a situação econômica; o clima era de revolta civil.

O processo eleitoral não chegou a ocorrer. O rei abdicou e formou-se o Ministério de Alcalá Zamora.

As agitações de rua continuaram e as eleições ocorreram em junho de 1931, na qual os comunistas elegeram 200 deputados.

Inaugurava-se a Segunda República na Espanha, que aprovava uma nova Constituição.

As Cortes (Parlamento) condenaram Afonso XIII ao exílio e tomaram as terras da nobreza.

O ministério era chefiado por Azaña, que vivenciou dois anos de intensa crise política. Não conseguindo a estabilidade no ministério, pediu demissão por duas vezes.

As crises ministeriais sucediam-se, o que levou à dissolução das Cortes e à convocação de novas eleições, em 1933.

Em 1933, as eleições transcorreram em clima de violenta repressão. Os comunistas elegeram 58 deputados, perdendo espaço político para a direita, que dominou a Espanha.

Os comunistas radicais iniciaram uma série de movimentos, que foram prontamente reprimidos.

A Catalunha, ao mesmo tempo, tentou proclamar sua independência e o movimento foi sufocado.

Nas províncias bascas as agitações políticas dominaram o ano de 1933 e a atitude do governo foi a mesma tomada em relação aos comunistas e catalães.

A crise política estava sob controle, porém o número de insatisfeitos era imenso.

### ❑ A Guerra Civil Espanhola e a ascensão de Franco

Em 1936, ocorreram novas eleições na Espanha.

Republicanos, comunistas e socialistas formaram a Frente Popular,

eleita, em 1936, contra a Falange (partido composto pela alta burguesia, Exército e Igreja Católica).

A situação política interna, nesse momento, tornou-se tensa, pois a vitória da Frente Popular desencadeou uma série de manifestações – incêndios de igrejas e conventos e violência de rua –, que não foram contidas pelo governo. Essas manifestações identificaram-se como pró-Frente Popular.

Em meio a esses protestos, o deputado Calvo Sotelo foi assassinado pela polícia e o crime permaneceu impune. A Frente Popular não tomou nenhuma medida.

Esse fato serviu de pretexto para que, em 17 de julho de 1936, o general Francisco Franco, comandante militar do Marrocos, iniciasse uma revolta contra a República. No dia seguinte, a revolta chegava à Espanha.

A Frente Popular contava com o apoio de operários, camponeses, funcionários e das minorias nacionalistas catalã e basca.

Internacionalmente, a União Soviética apoiava a Frente Popular e enviou tropas de voluntários, compostas por democratas e socialistas de todo o mundo.

A Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini apoiavam a Falange e enviaram armas, munições e soldados.

França, Inglaterra e Estados Unidos mantiveram-se neutros.

Em 1939, a Falange saía vitoriosa da Guerra Civil Espanhola e iniciava-se o governo fascista de Franco.

Na Guerra Civil Espanhola, enfrentaram-se forças democráticas e fascistas. Foi uma guerra longa que deixou 1 milhão de mortos e, de certa forma, representou o poder bélico que a Itália e a Alemanha vinham armazenando para a Segunda Guerra Mundial.

### ❑ O governo de Francisco Franco

Com a ascensão de Franco, a Espanha passou a vivenciar um regime ditatorial, que se estendeu até 1975, ano de sua morte.

A implantação da ditadura de Franco levou ao poder a Falange, que se transformou em um partido fascista, extremamente eficiente na repressão às oposições políticas.

Apesar do apoio concedido pelas potências totalitárias à Falange durante a Guerra Civil Espanhola, Franco manteve, em relação à Segunda Guerra Mundial, uma posição de neutralidade.

Na década de 1960, a ditadura de Franco enfrentou uma série de greves operárias e de universitários. Ao final dessa década, 1969, o príncipe Juan Carlos (neto de Afonso XIII) foi nomeado, por Franco, como seu sucessor.

Em 20 de novembro de 1975, Francisco Franco morreu e no dia 22 de novembro do mesmo ano o príncipe Juan Carlos foi coroado rei da Espanha, dando início a um programa de reformas que tiveram à frente Adolfo Suárez Gonzalez. Os partidos políticos foram legalizados e novas eleições, convocadas.

Em 1977, a Falange foi declarada ilegal, mas, mesmo assim, continuou atuando na clandestinidade.

## 3. CRONOLOGIA

### Alemanha

**1919** – República de Weimar.

**1923** – Crise econômica na Alemanha.

**1923** – Tentativa de tomada do poder.

**1925** – Publicação de *Minha Luta*.

**1930** – Nazistas elegem 107 deputados.

**1932** – Hitler é candidato à Presidência.

**1933** – Hitler torna-se chanceler.

**1934** – Morte de Hindenburg.

### Espanha

**1936** – Esquerda, com Azaña, assume o poder.

**1936** – Início da Guerra Civil Espanhola.

**1939** – Vitória de Franco – implantação do Estado fascista.

**1969** – Nomeação do príncipe Juan Carlos como sucessor de Franco.

**1975** – Morte de Franco e ascensão de Juan Carlos.

## MÓDULO 26

## Segunda Guerra Mundial: Conjuntura e Fatores



### 1. ORIGEM DA GUERRA

Para os povos da Europa, a Grande Guerra de 1914-18 fora feita para acabar com todas as guerras do mundo. No entanto, ela não fez mais do que preparar um novo conflito, bem mais amplo, desta vez realmente mundial.

O comportamento das nações vencedoras, após a Primeira Guerra, foi vingativo. Procuraram arrasar seus antigos adversários, especialmente a Alemanha. Esta, devastada pela guerra e sobrecarregada por seus compro-

missos com os países vencedores, viu crescer seus problemas econômicos e os descontentamentos sociais. Na Itália e na Alemanha, tais descontentamentos foram usados pelos partidos de extrema direita para a implantação de Estados totalitários, militaristas e expansionistas. O apelo ao sentimento nacional era a tônica desses regimes.

A Liga das Nações, criada com o objetivo de resolver pacificamente os conflitos internacionais, não conseguiu atingir seus objetivos. Faltava-lhe

força militar efetiva; limitou-se a impor sanções econômicas, que pouco ou nada adiantavam. O fato de que os EUA e duas potências vencidas (Alemanha e URSS) não participavam da Liga enfraqueceu o organismo que tentava consolidar a paz mundial.

Na verdade, o período entregueras (1918-39) nada mais foi do que um período preparatório para o novo conflito, que envolveria a maior parte das nações do mundo de 1939 a 1945.



Enquanto isso, Mussolini ameaçava interferir na Albânia. A política de apaziguamento adotada pelas potências mostrava suas deficiências. Depois de ocupar o restante da Tchecoslováquia, Hitler voltou-se contra a Polônia. Exigia a anexação à Alemanha do território de Dantzig e da faixa territorial que dava à Polônia saída para o mar, de acordo com o Tratado de Versalhes. Ou, como alternativa, exigia a construção de uma estrada de ferro alemã que passaria por território polonês, mas ficaria sob controle da Alemanha.

A Alemanha, que tinha firmado com a Itália e o Japão um acordo para evitar a expansão do comunismo, voltada, portanto, diretamente contra a

Rússia, fez com esta, em 1939, um pacto de não agressão. Uma parte secreta do acordo estabelecia que a Polônia seria conquistada e dividida pelas duas potências, ficando a URSS livre para expandir-se no Mar Báltico (anexação da Lituânia, Letônia e Estônia).

Em 1.º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, que mal pôde resistir por três semanas às forças mecanizadas dos nazistas.

A Inglaterra, aliada da Polônia, declarou guerra à Alemanha, iniciando sua mobilização militar. A França, aliada da Inglaterra, fez o mesmo. A Itália declarou-se potência não beligerante e assim ficaria até o ano seguinte. A Rússia dominou a Polônia Oriental e invadiu a Finlândia.

### 3. CRONOLOGIA

**1931** – Intervenção japonesa na Manchúria.

**1933** – Hitler abandona a Liga das Nações.

**1936** – Formação do Eixo Roma-Berlim.

– Remilitarização da Renânia.

**1938** – Pacto Germano-Soviético de não agressão.

**1938** – Conferência de Munique sobre os Sudetos.

**1939** – Invasão da Polônia.

## MÓDULO 27

## Segunda Guerra Mundial: Conclusão

### 1. O DESENVOLVIMENTO MILITAR DA GUERRA

Na sua primeira etapa, a guerra foi exclusivamente europeia. Em seguida, o conflito generalizou-se, tornando-se mundial.

Quando a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, todos os domínios que faziam parte do Império Britânico a imitaram, com exceção da Irlanda. Até a Itália declarar guerra aos Aliados (junho de 1940), nenhum outro país europeu entrou na guerra, a não ser os países ocupados pela Alemanha como base para o ataque que iria desfechar contra a França em 1940 (isto é, Noruega, Bélgica e Holanda). A Dinamarca foi ocupada, mas não declarou guerra à Alemanha.

Na primavera de 1940, em apenas seis semanas, os alemães dominaram quase toda a França, tendo o governo francês abandonado Paris e se instalado no sul da França. Os exércitos ingleses que tinham desembarcado na França foram batidos pelos alemães e obrigados a se retirarem para a Inglaterra, em completa desorganização e com enorme perda de material e homens (Retirada de Dunquerque).

Sem condições de continuar a luta, os franceses assinaram um armistício com os alemães e italianos em junho de 1940. Nesse momento, a Alemanha dominava toda a Europa, com poucas exceções.

A ligação entre a Alemanha e a URSS dependia exclusivamente dos interesses momentâneos dos dois países. As divergências ideológicas entre eles eram profundas. Se Hitler conseguisse retirar a Inglaterra da luta, mediante armistício ou pela conquista, voltar-se-ia contra a URSS. Daí a concentração de esforços alemães na batalha da Inglaterra.

A Inglaterra estava praticamente sozinha na guerra. Lutava no Mediterrâneo e Atlântico para preservar a integridade das suas comunicações marítimas, a fim de não ficar isolada. Apesar da ajuda econômica e financeira dos EUA, sua situação era precária. Mas Hitler não conseguiu vencê-la.

Em 1941, a guerra ampliou-se. Após ter levado a efeito seus objetivos na Europa Central e Meridional, Hitler atacou a URSS (22 de junho), sem obter vitórias mais conclusivas que a ocupação de vastos territórios. A essa altura, os EUA inquietavam-se com a expansão do Japão na Ásia, mas somente após a agressão japonesa a Pearl Harbour (7 de dezembro) é que eles entraram na guerra. Não conseguiram, no entanto, impedir as numerosas conquistas japonesas no Sudeste Asiático e no Pacífico.

Dessa forma, de 1942 a 1945, a guerra tornou-se total. Igualmente, a sorte da luta começou a mudar. A vitória soviética em Stalingrado, impe-

dindo a continuidade da ofensiva alemã, deu alento a todos os aliados. Os ingleses e americanos expulsaram os alemães da África do Norte e passaram a controlar o Mediterrâneo. Os japoneses foram contidos em seu avanço para a Índia e Austrália.

Mas os nazistas não se reconheciam vencidos. Hitler acreditava poder implantar na Europa uma Nova Ordem, explorando brutalmente os povos dominados em proveito da “raça superior” ariana. O terror racista aumentou. Os campos de concentração multiplicaram-se. Milhares foram deportados e exterminados em câmaras de gás.

Hitler procurava guarnecer as fronteiras das regiões conquistadas. O assalto aliado a esta Fortaleza Europa veio em 1943. A Itália capitulou no mesmo ano. Em 1944, os Aliados desembarcaram na França, libertando a Europa Ocidental. O Exército soviético avançava pela Europa Oriental, dominando os aliados dos nazistas.

Em 1945, a Alemanha, invadida por todos os lados, foi obrigada a render-se incondicionalmente. Americanos e ingleses concentraram-se então na região do Pacífico: em agosto de 1945, o Japão finalmente cedeu, após ter sofrido bombardeios atômicos nas cidades de Hiroshima e Nagasaki.

O mundo todo foi tocado pelas destruições provocadas pela guerra total, e não somente a Europa. A



destruição foi impressionante por ter sido sistemática, graças ao emprego de máquinas modernas. Apesar da vitória dos Aliados e da destruição do nazifascismo, o mundo estava profundamente dividido. Os países tocados pela guerra tinham graves problemas de reconstrução econômica e de reorganização política.

A oposição existia entre os vencedores. Para conciliá-los, o mundo foi dividido em zonas de influência. Isto evitava o conflito, mas dificultava o entendimento. Somente a ONU, nova organização internacional que substituiu a Liga das Nações, deixava a esperança de ver a paz triunfar.

## 2. BALANÇO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O balanço da Segunda Guerra Mundial revela uma destruição, material e humana, muito superior à da Primeira Grande Guerra, resultando em grande número de países com graves crises sociais.

Os Aliados não esperaram o fim do conflito para começar a exibir seus antagonismos, definindo-se um bloco oriental, liderado pela União Soviética, e outro ocidental, liderado pelos Estados Unidos.

Para definir as zonas de influência e evitar conflitos diretos entre as grandes potências, o mundo mergulhou na Guerra Fria, surgindo a ONU como instituição mediadora dos conflitos.

A mais terrível guerra que a humanidade já viu apresentou algumas características próprias: foi uma guerra de movimento, decorrente da ação dos tanques, aviões, submarinos e colunas motorizadas.

Daí a grande importância da entrada dos Estados Unidos no conflito, pois seu enorme potencial econômico praticamente decidiu a guerra em favor dos Aliados.

Foi espantoso o número de mortos, entre 37 e 50 milhões de vítimas, contribuindo para tais cifras o grande número de civis atingidos nos bombardeios indiscriminados.

Os judeus foram as maiores vítimas do nazismo, tendo morrido entre 5 e 6 milhões de judeus, cerca de dois terços da população judaica na Europa.

Essa exterminação era realizada de forma sistemática e científica nos campos de concentração, por puro

racismo ou para eliminar aqueles que não podiam fazer os trabalhos forçados.

Os países europeus saíram arrasados economicamente da guerra, porém alguns países da América Latina, como a Argentina, ou da América do Norte, como o Canadá e os Estados Unidos, foram enormemente beneficiados.

O final da guerra trouxe consigo uma sensação de desespero nos países vencidos, que se traduzia em obras de arte, com destaque para o cinema neorrealista italiano.

Antes mesmo de terminado o conflito, os Aliados realizaram várias conferências para decidir sobre o futuro dos povos vencidos.

Nas conferências de Teerã e Yalta os países capitalistas aliados fizeram numerosas concessões aos soviéticos, dada sua importância na guerra contra os alemães naquele momento.

A Conferência de Potsdam, com a presença de Stalin, Churchill e Truman, marcou a ruptura definitiva entre os antigos Aliados; nessa conferência foi regulamentada a divisão da Alemanha.

Os criminosos de guerra nazistas foram julgados pelo tribunal especial montado em Nuremberg, em 5 de junho de 1945.

Os tratados realizados com as nações vencidas demonstravam uma divisão nítida da Europa, que passava pelos *fronts* atingidos pelas tropas soviéticas e pelos Aliados ocidentais na liquidação final da Alemanha.

A Itália, a Romênia, a Bulgária, a Hungria, a Finlândia, a Áustria e a Alemanha perderam parte de seus territórios, recebendo, em alguns casos, compensações.

Pelo Tratado de São Francisco, os Estados Unidos e seus aliados reduziam o território do Japão, proibiam o autoritarismo político e restringiam a produção industrial do país.

Em 1947, os Estados Unidos mudaram de atitude, pois precisavam de uma nação forte para conter o avanço dos movimentos comunistas na Ásia, iniciando um período de ajuda econômica ao Japão.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa perdeu a hegemonia econômica e política, ascendendo os Estados Unidos e a União Soviética, ao mesmo tempo em que surgia o bloco dos países do Terceiro Mundo.

## 3. A TÉCNICA E O DESAFIO DO SÉCULO

“(…) a tese que se está examinando consiste precisamente em admitir que a civilização em que vivemos é ou tende a ser tecnológica, no caso dos países subdesenvolvidos, na medida mesma em que converte os meios em fins e faz de valores relativos, tais como a saúde, a força, a velocidade etc. –, que só poderiam valer a justificar-se em função de outros, – valores absolutos que passam a valer e a justificar-se por si próprios. Nessa medida, podemos falar em uma civilização tecnológica, restando indagar pela situação do homem, – tal como nos acostumamos a considerá-lo no Ocidente, a partir da Grécia e do Cristianismo –, no contexto dessa nova civilização.

Ellul conclui seu livro com a afirmação dramática de que seria ‘perfeitamente vão pretender seja frear essa evolução, seja controlá-la ou orientá-la’. O processo tecnológico, uma vez desencadeado, seria, assim, irreversível e incontrolável. E se reconhecermos que só a técnica pode contrapor-se à técnica, o rádio ao rádio, o cinema ao cinema, a bomba atômica à bomba atômica etc. ou, com outras palavras, se verificarmos que só a técnica pode destruir a técnica, deveremos concluir, logicamente, que a técnica é indestrutível.

Que homem, porém, que nova modalidade ou tipo de homem, está sendo gerado, configurado, no universo, racionalizado e eficaz da tecnologia? É o homem tradicional, milenar, edificado de acordo com o modelo de Sócrates ou do Cristo, por exemplo, apenas provido de aparelhos e de máquinas de que Sócrates e o Cristo não dispunham ou será um homem qualitativamente diferente, o homem oco, interiormente vazio, sem alma, sem abertura para a transcendência, esgotando-se na dimensão do cotidiano, vivendo para produzir e consumir bens, mercadorias, utilidades e serviços? O tele-homem, por exemplo, o alegre robô, o cibermântropo?

(…) O destino do homem tornou-se, assim, inseparável do destino da técnica. À revelia de nossa vontade e de nossa consciência, estamos todos



embarcados no mesmo processo, na mesma aventura, que hoje não é mais apenas terrestre, ou planetária, porque já se tornou cósmica ou sideral. Não é a religião, nem a filosofia, nem a ética, nem a arte, nem a política, que está configurando o mundo em que nos encontramos, mas a técnica, a força demiúrgica da técnica. Os milagres, os prodígios, que o homem, durante milênios, esperou de Deus, ou da providência divina, hoje os espera da ciência, da máquina, da técnica, seu novo, seu último Deus.

Mas, que é a técnica? Poderemos saber o que é a técnica, queremos dizer, a contemporânea, com as caracte-

terísticas inéditas que a distinguem de todas as anteriores, poderemos capturar e definir esse processo que rompeu e extravasou todos os limites, e que, por isso mesmo, nos condiciona e nos transcende? Se a história é antropofania, quer dizer, desvelamento ou manifestação, ao longo do tempo, do 'ântropos', e se a mola, o segredo da história é a técnica, não será a técnica o instrumento propiciatório da revelação do homem?"

(CORBISIER, R. Prefácio in Ellul, J. *A Técnica e o Desafio do Século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p.XXVIII.)

## 4. CRONOLOGIA

**1940** – O governo francês instala-se em Vichy.

**1941** – Inglaterra luta sozinha contra a Alemanha.

– Ataque japonês aos Estados Unidos.

– Invasão da União Soviética pelo exército alemão.

**1942** – Resistência russa em Stalingrado.

**1943** – Recuperação da África e invasão da Itália.

**1944** – Desembarque na Normandia.

**1945** – Rendição alemã.

## MÓDULO 28

## A ONU e a Guerra Fria

### 1. ORIGEM DAS NAÇÕES UNIDAS

A Sociedade das Nações foi a primeira tentativa de evitar os conflitos internacionais através da mediação de todos os países do mundo. Embora a sua existência não tivesse conseguido impedir a Segunda Guerra Mundial, continuou viva a esperança de que um organismo internacional semelhante, mas com força militar suficiente, conseguisse esse objetivo. Ainda durante a guerra, várias reuniões foram feitas nesse sentido; a uma delas, realizada em Washington no ano de 1942, compareceram representantes de 26 *nações unidas* — daí o nome Organização das Nações Unidas (ONU). Foi também nos Estados Unidos — cujo presidente, Roosevelt, foi um dos principais incentivadores da ideia — que diplomatas norte-americanos, ingleses, soviéticos e chineses elaboraram o primeiro projeto da ONU. Esse estudo foi completado durante a reunião de Yalta, na União Soviética, e submetido a novas discussões, quando representantes dos primeiros cinquenta Estados se reuniram para esse fim, em 1945, em São Francisco (Estados Unidos).

A primeira sessão da ONU, realizada em Londres em janeiro e fevereiro de 1946, criou as principais divisões dessa organização e elegeu seu primeiro secretário-geral (Trygve Lie, ministro das Relações Exteriores da Noruega). Depois disso, a sede oficial da ONU passou a ser em Nova York.

### 2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ONU

A Organização das Nações Unidas compreende seis órgãos principais: *Conselho de Segurança* — É composto por cinco membros permanentes (China, Rússia, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos) e dez membros indicados pela Assembleia Geral para um período de dois anos. Nas votações do Conselho, os cinco membros permanentes têm direito a veto, e normalmente as votações se fazem por maioria de nove votos afirmativos, incluindo os membros permanentes, podendo qualquer membro abster-se de votar sobre qualquer tipo de assunto e pauta. O Conselho de Segurança é o órgão mais importante da ONU, pois cabe a ele executar o principal objetivo da organização: a preservação da paz mundial. Para atingi-lo, o Conselho pode propor acordos pacíficos, ou então decidir-se pela intervenção armada.

*Assembleia Geral* — É composta por todos os representantes dos Estados-membros, tendo cada um direito a um voto. Discute todos os assuntos relacionados com a segurança e o bem-estar da humanidade, tais como decisão de acolher ou expulsar membros, assuntos relativos à tutela de territórios. O critério para a votação exige, em alguns casos, maioria de dois terços dos votos e em outros, maioria simples. Seu presidente é eleito anualmente.

*Conselho de Tutela* — Protege os povos que, por qualquer motivo, não tenham governo próprio. É composto por membros dos territórios administrados pelas Nações Unidas, membros do Conselho de Segurança que não administrem territórios e outros membros eleitos pela Assembleia Geral.

*Secretariado* — Funciona permanentemente e tem um caráter administrativo fundamental. Seu chefe é o secretário-geral, eleito pelo prazo de cinco anos, com direito à reeleição. Sua escolha é feita pelo Conselho de Segurança, com a aprovação da Assembleia Geral.

*Corte Internacional de Justiça* — Constitui o principal órgão jurídico da ONU. É composto por quinze juízes eleitos pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral, que se tornam independentes da organização após terem sido eleitos. Buscam estabelecer princípios de direito que sejam aceitos por todas as nações do mundo e dirimir conflitos legais.

*Conselho Econômico e Social* — É o departamento executivo para assuntos não políticos. Sua principal finalidade é promover o bem-estar econômico e social das populações do mundo. Seus membros, em números de 54, são eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho atua através de comissões ou comitês: Comissão dos Direitos Humanos (que redigiu, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual



todos têm os mesmos direitos, seja qual for a sua raça, cor, religião, língua ou sexo); Comissão dos Estatutos da Mulher (que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres); Comissão para o Desenvolvimento Social (que previne crimes, dá assistência a menores e reeduca marginais); Comissão de Entorpecentes (que procura controlar o comércio de drogas perigosas, tais como o ópio, a heroína e a cocaína); Comissão Populacional (que avalia o crescimento da população em escala mundial); Comissão de Estatística (que reúne todos os dados estatísticos indispensáveis ao estudo da situação mundial). O Conselho é constituído ainda por comissões especializadas em cada região do globo e por órgãos de assistência à infância, como o Unicef.

A ONU é integrada também por importantes *agências especializadas*. As principais são: a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura da ONU), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comercial de Desenvolvimento), o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a IFC (Corporação Financeira Internacional), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e várias outras.

### 3. A ATUAÇÃO DA ONU

Podemos dizer que a ONU obteve êxito apenas parcial na realização de seus dois objetivos principais: a preservação da paz mundial e a continuidade do progresso social e econômico. Desde a sua fundação, a ONU conseguiu evitar a guerra em várias ocasiões, ao mesmo tempo em que constituiu uma espécie de protetora dos novos Estados surgidos com a descolonização na África e na Ásia. No entanto, sua ação foi sempre atrapalhada pelos interesses das grandes potências, principalmente dos membros do Conselho de Segurança, que, utilizando seu direito de veto, impediam a aprovação de qualquer medida com a qual não concordassem (basta que um único membro permanente do Conselho

vote contra uma decisão, para que ela não seja efetivada).

Os Estados Unidos e seus aliados capitalistas procuravam fortalecer a posição da Assembleia, na qual tinham maioria de votos. Contrariamente, a União Soviética procurava fortalecer o papel do Conselho, no qual sistematicamente fazia uso do direito de veto. Nas questões coloniais, as duas superpotências uniam-se como campeãs das forças anticolonialistas, procurando, cada uma por seu turno, ocupar os espaços deixados vazios pelos Estados europeus.

Contudo, com a entrada maciça das nações afro-asiáticas na ONU, mudou bastante a composição da Assembleia. Isto levou os Estados Unidos, ameaçados pelos países pobres, a adotarem uma política de fortalecimento do Conselho.

Um dos momentos mais críticos das relações internacionais que solicitou a intervenção da ONU foi a crise da Alemanha.

Na Alemanha, os aliados – Estados Unidos, Inglaterra e França – decidiram reunir as três zonas ocupadas por eles, criar uma Assembleia Constituinte e formar um Conselho de Segurança Aliado, cuja finalidade era promover a desmilitarização da área. Tal projeto encontrou oposição veemente por parte da União Soviética, que retirou seu representante no Conselho de Segurança Aliado e passou a impedir a ligação entre o lado ocidental e o lado oriental de Berlim, que estava sob seu controle. Para superar esse bloqueio, ocorrido de meados de 1948 a meados de 1949, os aliados criaram um “corredor aéreo” para abastecer Berlim Ocidental.

### 4. GUERRA FRIA

#### □ Plano Marshall

Ao findar a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava devastada, sem recursos para recuperar sua economia e resolver seus problemas sociais.

Sentindo que sua hegemonia nessa região estava em perigo, os Estados Unidos desenvolveram um plano de ajuda financeira, o Plano Marshall, destinado a auxiliar a economia europeia e dar vazão às mercadorias norte-americanas, evitando a possibilidade de crise.

Entre 1948 e 1952 foram empregados 17 bilhões de dólares, tendo a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Itália recebido as maiores doações, o que permitiu a retomada do ritmo industrial em torno de 25%.

O Plano Marshall facilitou a integração econômica da Europa. Foram criadas várias instituições, sobretudo a CEE (Comunidade Econômica Europeia), formada inicialmente pela Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França e Itália.

Nos anos 60 a Europa Ocidental dava sinais evidentes de recuperação econômica.

Cresceu o estoque de ouro, a balança comercial tornou-se favorável, aumentaram a renda *per capita* e os investimentos industriais e agrícolas.

A taxa de crescimento de certas indústrias leves e de alguns países, como a Alemanha, superou mesmo a da URSS, permanecendo, entretanto, enormes disparidades regionais.

O desemprego continuou sendo um problema social grave, mas foi diminuído com a expansão industrial; ampliou-se enormemente a importância do setor terciário; somente a classe média (comerciantes e pequenos agricultores) demonstrava insegurança.

Ao prestígio das democracias socialistas do pós-guerra, sucedeu-se um movimento conservador na Europa Ocidental, sustentado pelas classes médias.

#### □ A Doutrina Truman e a Guerra Fria

O termo Guerra Fria foi utilizado “para caracterizar o estado de constante hostilidade nas relações internacionais entre países, sem assumir a forma de conflito aberto ou luta armada”, surgido após a II Guerra Mundial em decorrência dos antagonismos entre EUA e URSS.

As origens da Guerra Fria podem ser buscadas no final da I Guerra Mundial, quando, na Rússia, ocorreu a Revolução Socialista, e os Estados Unidos despontavam como grande potência.

Nessa época, surgia um clima de desconfiança no Ocidente com a possível expansão do socialismo, que poderia vir a se chocar com os interesses capitalistas.

Mas foi com o término da Segunda Guerra Mundial que o antagonismo entre capitalismo e socialismo se acentuou.



Com a Conferência de Potsdam, o mundo foi, praticamente, dividido em áreas de influência entre Estados Unidos e União Soviética. As duas potências que emergiram no pós-II Guerra demonstravam interesses em expandir-se econômica e politicamente.

A tensão entre Estados Unidos e União Soviética aflorou, em 1947, quando na Turquia e na Grécia – que pela Conferência de Yalta deveriam ficar sob domínio inglês – eclodiram movimentos comunistas que pretendiam aliar estas duas nações à União Soviética. As tropas norte-americanas intervieram na região, sufocando os movimentos comunistas.

Na ocasião, o presidente norte-americano, Harry Truman, enviou uma mensagem ao Congresso dizendo que os Estados Unidos deveriam apoiar os países livres que estavam “resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas.” Na realidade, a mensagem do presidente Truman – que se referia à Grécia e à Turquia – justificava a intervenção militar dos Estados Unidos não só nesses países, mas também em outros, nos quais os

países comunistas pudessem vir a disputar o controle político.

A Doutrina Truman, como ficou conhecida, inaugurou a Guerra Fria. Com ela, os Estados Unidos e União Soviética passaram à busca de fortalecimento econômico, político, ideológico e militar próprios, e de suas áreas de influência, formando verdadeiros blocos.

Da mesma forma que os Estados Unidos deram início à reconstrução europeia, em 1948, com o Plano Marshall, a União Soviética, em 1949, com Polônia, Bulgária, Hungria, Romênia, Mongólia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, criou o COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua), destinado a promover a autossuficiência econômica do bloco socialista.

Com base nos planos de ajuda econômica, os blocos passaram a constituir alianças político-militares, visando a suas respectivas defesas por meio da demonstração de suas capacidades de armamento.

Em 1949, foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), formada pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ociden-

tal, Canadá, Islândia, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Luxemburgo, Portugal, Itália, Grécia e Turquia.

Em 1955, foi firmado o Pacto de Varsóvia entre a União Soviética, Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e Alemanha Oriental.

O primeiro confronto declarado entre Estados Unidos e União Soviética ocorreu na Guerra da Coreia (1950-1953), quando a Coreia do Norte, com ajuda soviética, invadiu a Coreia do Sul, apoiada pelos EUA.

Em 1953, com o término da Guerra, a Coreia permaneceu dividida entre Norte e Sul, mantendo as influências soviética e norte-americana, respectivamente.

Na segunda metade da década de 1950, Estados Unidos e União Soviética, com o domínio da energia nuclear (produção de armas atômicas), iniciaram uma fase de coexistência pacífica, entremeada por algumas crises, mas que não levaram a um conflito direto entre as duas grandes potências que dominaram o mundo até o início da década de 1990.

## 5. CRONOLOGIA

**1941** – Carta do Atlântico.

**1942** – Reunião de 26 Nações em Washington.

**1945** – Primeira Reunião das Nações Unidas em São Francisco (EUA).

**1947** – Doutrina Truman e propo-

sição do Plano Marshall.

**1948** – Bloqueio terrestre à cidade de Berlim, imposto pela URSS.

**1949** – Criação da OTAN.

**1950-1953** – Guerra da Coreia.

**1951** – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

– Criação do Pacto de Varsóvia.

**1956** – Questão de Suez.

**1961** – Construção do Muro de Berlim.

**1962** – A Crise dos Mísseis em Cuba.

**1991** – Fim da URSS e da Guerra Fria.

## MÓDULO 29

## Descolonização Afro-Asiática

### 1. FATORES DA DESCOLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA

África e Ásia, desde o século XV, tornaram-se alvos de disputa entre as nações europeias.

Com o advento do capitalismo comercial, na Era Moderna, a América tornou-se a área onde a exploração colonial foi mais intensa. Mas nem por isso os europeus abandonaram as relações comerciais e o domínio político sobre a África e a Ásia.

Na segunda metade do século XIX, em razão das necessidades de mercado geradas pela Segunda Revolução Industrial e em face das independências das colônias americanas, a Europa voltou-se novamente à África e à Ásia, impondo o neocolonialismo.

As disputas entre as potências europeias pelos territórios afro-asiáticos desencadearam a Primeira Guerra Mundial. A Europa saiu enfraquecida da Guerra, perdendo sua hegemonia para os Estados Unidos.

A crise do pós-Primeira Guerra na Europa foi acentuada ainda mais pela crise de 1929, que repercutiu nas áreas coloniais, com o agravamento das condições de vida dos colonos, que iniciaram greves e revoltas contra as metrópoles europeias. Esses movimentos coloniais foram contidos à força, mas acabaram resultando no nascimento de um forte sentimento nacionalista, que se traduzia no desejo de independência.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa declinou completamente,



sendo dividida em áreas de influência entre Estados Unidos e URSS. O enfraquecimento da Europa significou o fortalecimento do nacionalismo e o crescimento do desejo de independência. Desejo esse que passou a se apoiar na Carta da ONU, que reconhecia o direito à autodeterminação dos povos colonizados e que fora assinada pelos países europeus (os colonizadores).

Em 1955, vinte e nove países recém-independentes reuniram-se na Conferência de Bandung, cidade da Indonésia, estabelecendo seu apoio à luta contra o colonialismo. A Conferência de Bandung estimulou as lutas pela independência na África e Ásia.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética passaram a liderar os dois grandes blocos, capitalista e comunista. No contexto da Guerra Fria, buscaram a expansão de suas áreas de influência. Nesse sentido, viram nos movimentos de independência afro-asiática a possibilidade de ampliar sua influência política nas novas nações.

## 2. AS VIAS DA DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização afro-asiática não foi um processo homogêneo, ocorrendo por duas vias: a pacífica e a violenta. No caso da via pacífica, a independência da colônia era realizada progressivamente pela metrópole, com a concessão da autonomia político-administrativa, mantendo-se o controle econômico do novo país, criando, dessa forma, um novo tipo de dependência.

As independências que ocorreram pela via da violência resultaram da intransigência das metrópoles em conceder autonomia às colônias. Surgiam as lutas de emancipação, geralmente vinculadas ao socialismo, que levaram a cabo as independências.

## 3. A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁSIA

### ❑ O fim do domínio inglês na Índia

A Revolta dos Cipaios, 1858, colocou a Índia na esfera do domínio bri-

tânico, que culminou com a sagração da rainha Vitória como imperatriz dos indianos.

A dominação da Índia não foi uma tarefa difícil, pois a ausência de um governo centralizado, a diversidade de religiões e a existência de uma sociedade de castas facilitaram a penetração inglesa.

A partir da década de 1920, Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru, por intermédio do Partido do Congresso, com apoio da burguesia, passaram a liderar o movimento de independência.

Gandhi pregava a desobediência civil e a não violência como meios de rejeitar a dominação inglesa, transformando-se na principal figura do movimento indiano pela independência.

A perda do poder econômico e militar pela Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial retirou-lhe as condições para continuar a dominação na Índia.

Em 1947, os ingleses reconheceram a independência indiana, que levou – em função das rivalidades religiosas – à formação da União Indiana, governada por Nehru, do Partido do Congresso, com maioria hinduísta, e do Paquistão (Ocidental e Oriental), governado por Ali Jinnah, da Liga Muçulmana, com maioria islamita. O Ceilão também se tornava independente, passando a ilha a se denominar Sri Lanka, com maioria budista.

A independência da Índia resultava de um longo processo de lutas nacionalistas, permeadas pelas divergências religiosas entre hinduístas e muçulmanos, que levaram, em 1948, ao assassinato de Gandhi.

O Paquistão Oriental, em 1971, sob liderança da Liga Auami, separou-se do Paquistão Ocidental, constituindo a República de Bangladesh.

### ❑ A independência da Indonésia

A Indonésia é formada por cerca de três mil ilhas, dentre as quais se destacam Java e Sumatra.

Desde o século XVII até 1941, o arquipélago esteve sob domínio holandês.

Em 1941, durante as ofensivas da Segunda Guerra, o Japão passou a dominar a Indonésia, o que levou à formação de um movimento naciona-

lista de resistência, liderado por Ahmed Sukarno.

Com a derrota japonesa, em 1945, o movimento de resistência proclamou a independência do país, o que não foi aceito pela Holanda, que iniciou uma tentativa de recolonização da Indonésia.

Sukarno, aglutinando os nacionalistas, liderou a guerrilha contra a Holanda, que, em 1949, reconheceu a independência da Indonésia.

### ❑ As lutas pela independência e a divisão da Indochina

Em 1887, a Indochina foi conquistada e submetida ao colonialismo francês.

A França, em 1940, foi ocupada pelos alemães, cessando seu domínio sobre a região.

No ano seguinte, 1941, os japoneses ocuparam toda a Indochina, com o consentimento do general Pétain, o que levou à formação do movimento de resistência nacionalista, comandado pelo Vietminh (Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã).

O Vietminh era liderado por Ho Chi Minh, dirigente comunista, que, após a derrota do Japão na Segunda Guerra, proclamou a independência da República Democrática do Vietnã (parte norte).

Terminada a Segunda Guerra, os franceses não reconheceram o governo de Ho Chi Minh e tentaram, a partir de 1946, recolonizar a Indochina, ocupando as regiões do Laos, Camboja e o Vietnã do Sul, o que desencadeou a Guerra da Indochina, que se estendeu até 1954, quando os franceses foram derrotados na Batalha de Dien Bien Phu.

No mesmo ano, realizou-se a Conferência de Genebra, na qual a França retirava suas tropas e reconhecia a independência da Indochina, dividida em Laos, Camboja, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.

Laos e Camboja ficaram proibidos de manter bases militares estrangeiras em seu território e no Vietnã deveriam ser realizadas eleições num prazo de dois anos para decidir a reunificação.

### ❑ A Guerra do Vietnã

Pela Conferência de Genebra, o paralelo 17 estabelecia a divisão entre



Vietnã do Norte – governado pelo líder comunista Ho Chi Minh – e Vietnã do Sul, governado pelo rei Bao Dai, que colocou Ngo Dinh Diem como primeiro-ministro.

Em 1955, Ngo Dinh Diem, com um golpe de Estado, proclamou a República, depondo o rei Bao Dai. Recebeu, então, o apoio dos EUA.

No Vietnã do Sul estabeleceu-se um governo de caráter impopular, marcado pelo autoritarismo de Ngo Dinh Diem, que, em 1956, suspendeu as eleições estabelecidas pela Conferência de Genebra.

Em oposição ao seu governo, formou-se a Frente de Libertação Nacional, em 1960, que contava com um exército guerrilheiro, o Vietcongue. O objetivo da Frente era depor Ngo Dinh Diem e unir o Vietnã do Sul ao Vietnã do Norte.

Ngo Dinh Diem, em 1960, cancelou as eleições, o que desencadeou o início da Guerra do Vietnã.

O Vietcongue contou com o apoio do Vietnã do Norte, e Ngo Dinh Diem foi apoiado pelos Estados Unidos, que, em 1961, enviaram ajuda militar ao Sul.

Em 1963, os vietcongues dominavam boa parte do território do Vietnã do Sul. Neste mesmo ano morria o presidente norte-americano, John Kennedy, e o vice, Lyndon Johnson, assumia a Presidência do país.

No mês de agosto de 1964, dois comandantes norte-americanos deram o pretexto para o início dos bombardeios sobre o Vietnã do Norte, alegando que seus navios haviam sido atacados em Tonquim.

Os bombardeios norte-americanos sobre o Norte prolongaram-se até 1968, quando foram suspensos com o início das conversações de paz, em Paris, entre norte-americanos e norte-vietnamitas.

Como nos encontros de Paris não se chegou a uma solução, os combates prosseguiram.

Em 1970, o presidente dos EUA, Richard Nixon, autorizou a invasão do Camboja e, em 1971, tropas sul-vietnamitas e norte-americanas invadiram o Laos.

Os bombardeios sobre o Vietnã do Norte por aviões dos EUA recommençaram em 1972.

Desde 1968, a opinião pública norte-americana, perplexa diante dos horrores produzidos pela guerra, colocava-se contrária à permanência dos EUA no conflito, exercendo uma forte pressão sobre o governo, que iniciou a retirada gradual dos soldados. Em 1961, eram 184.300 soldados norte-americanos em combate; em 1965, esse número se elevou para 536.100 soldados; e, em 1971, o número caía para 156.800 soldados.

Em 27 de janeiro de 1973 era assinado o Acordo de Paris, segundo o qual as tropas norte-americanas se retiravam do conflito; haveria a troca de prisioneiros de guerra e a realização de eleições no Vietnã do Sul.

Com a retirada das tropas norte-americanas, os norte-vietnamitas e o Vietcongue deram início a uma fulminante ofensiva sobre o Sul, que resultou, em abril de 1975, na vitória do Norte.

Em 1976, o Vietnã reunificava-se, adotando o regime comunista, sob influência soviética.

Em 1975, os movimentos de resistência no Laos e no Camboja também tomaram o poder, adotando o regime comunista, sob influência chinesa no caso do Camboja.

Os soldados cambojanos, com apoio vietnamita, em 1979, derrubaram o governo pró-chinês do Khmer Vermelho.

A Malásia, em 1957, tornou-se independente da Inglaterra e integrante da Comunidade Britânica, o *Commonwealth*.

#### 4. A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

No início do século XX, 90,4% do território africano estava sob domínio do colonialismo europeu. Apenas três Estados eram independentes: África do Sul, Libéria e Etiópia.

A descolonização da África ocorreu de forma veloz. Entre 1957 e 1962, vinte e nove países tornaram-se independentes de suas metrópoles europeias.

#### 5. A INDEPENDÊNCIA DO EGITO

O Egito estava sob domínio francês até 1881, quando a Inglaterra assumiu o controle do território. Em

1914, tornava-se um protetorado inglês. (Protetorados eram áreas de dominação onde os colonos gozavam de autonomia de decisões; a metrópole apenas as supervisionava por intermédio de um representante.)

O fim do domínio colonial inglês cessou em 1936. Porém, a Inglaterra não abriu mão do controle que exercia desde 1875 sobre o Canal de Suez.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Egito foi palco de manobras militares alemãs e italianas, comandadas pelo general Rommel (*Afrika Korps*). Os ingleses, em 1942, expulsaram as tropas do Eixo e puseram o rei Faruk no poder.

Em 1952, o general Naguib, com o apoio do Exército, depôs o rei e proclamou a República, assumindo o poder.

Em 1954, o coronel Gamal Abdel Nasser substituiu o general Naguib, mantendo-se no poder até 1970.

#### 6. A INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA

A Argélia esteve subordinada ao colonialismo francês desde 1830.

Na década de 1880, iniciou-se um processo de imigração francesa para o território argelino, ocupando as melhores terras, que foram destinadas à vinicultura.

Os colonos franceses na Argélia, denominados *pieds noirs* (pés pretos), tinham condições de vida superiores às dos argelinos e o grau de discriminação era muito grande.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a invasão da França pelos alemães provocou a divisão do território francês e a formação de dois governos: Paris ficou diretamente controlada pelos nazistas e em Vichy estabeleceu-se o governo colaboracionista do marechal Pétain. O general Charles de Gaulle comandava a França livre. A Argélia passou a responder ao governo de Pétain.

Em 1945, ocorreram as primeiras manifestações pela independência – em razão da crise econômica do pós-Segunda Guerra na França, que nas áreas coloniais foi muito mais grave. Essas manifestações foram lideradas por muçulmanos, religião predominante na Argélia, mas prontamente sufocadas pelos franceses.



A derrota francesa na Guerra da Indochina, em 1954, evidenciava o enfraquecimento do seu poder. Nesse mesmo ano, a população muçulmana da Argélia, movida pelo nacionalismo islâmico, voltou a se colocar contra a França, por meio de manifestações que foram coibidas, mas que resultaram na criação da Frente Nacional de Libertação.

A Frente Nacional de Libertação organizou-se militarmente para derrotar o domínio francês.

No próprio ano de 1954, eclodiu a guerra de independência. Em 1957, ocorreu a Batalha de Argel, na qual os líderes da Frente foram capturados e levados presos para Paris, onde permaneceram até 1962.

A violência praticada pelos franceses contra a população civil na Batalha de Argel só fez aumentar ainda mais os descontentamentos dos argelinos.

Em 1958 foi proclamada a IV República Francesa. O general De Gaulle subiu ao poder e recebeu plenos poderes para negociar a paz com o Governo Provisório da Argélia, estabelecido no Cairo (Egito).

As negociações de paz estenderam-se até 1962, quando foi assinado o Acordo de Evian, segundo o qual a França reconhecia a independência da Argélia, pondo fim à guerra, que já durava oito anos.

## 7. A INDEPENDÊNCIA DO CONGO

Em 1867, a Bélgica fundou a Sociedade Internacional para a Exploração e Civilização da África, iniciando a ocupação do Congo, que se tornou possessão belga em 1885, e colônia em 1908.

Terminada a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, os movimentos de emancipação generalizavam-se na África e, em 1960, na Conferência de Bruxelas, a Bélgica concedeu a independência ao Congo, que constituiu a República do Congo.

O governo foi, então, exercido pelo presidente Joseph Kasawubu e pelo primeiro-ministro Patrice Lumumba, que desde a década de 1950 iniciara a luta pela independência do Congo, com a formação do Movimento Nacional Congolês, de tendência nacionalista e progressista.

Após a independência do país, na província de Catanga ocorreu um movimento separatista liderado pelo governador Moise Tchombe, que, apesar de proclamar a independência da província, não obteve o reconhecimento internacional. Desencadeou-se, então, uma guerra civil.

Moise Tchombe e Catanga recebiam o apoio de grupos internacionais interessados nos minérios da região e de tropas mercenárias belgas.

Em setembro de 1960, o presidente Kasawubu demitiu o primeiro-ministro Patrice Lumumba. Lumumba não aceitou sua demissão e o Congo passou a ter dois governos. Então, o coronel Mobutu dissolveu os Gabinetes. Kasawubu foi preservado. Lumumba foi aprisionado e entregue a Moise Tchombe. Levado para Catanga, foi assassinado em 1961. Sua morte provocou violentas manifestações dentro e fora do Congo e o transformou em símbolo da luta pela independência.

Internamente, a crise política alastrava-se, o Congo fragmentava-se e as lutas dividiam a população.

Em 1962, as forças da ONU intervieram no Congo para impedir a secessão de Catanga. Moise Tchombe foi para o exílio.

Cyrille Adula assumia a chefia do governo em meio aos movimentos liderados pelos partidários de Lumumba (morto em 1961).

Os partidários de Lumumba dominavam boa parte do país, em 1964, quando Adula convidou Moise Tchombe (recém-chegado do exílio) para auxiliá-lo e vencer os rebeldes. Adula renunciou e Tchombe assumiu o cargo de primeiro-ministro.

A guerrilha aumentava e, então, os EUA intensificaram a ajuda militar – que já vinham concedendo – ao governo de Tchombe.

Os partidários de Lumumba, em resposta, transformaram 60 norte-americanos e 800 belgas em reféns da guerrilha, o que levou a Bélgica a preparar uma ação de resgate, provocando o fuzilamento de 60 reféns pelos guerrilheiros; os demais foram libertados.

O presidente Kasawubu, em 1965, demitiu o primeiro-ministro Tchombe e logo em seguida o general Mobutu deu um golpe e assumiu a Presidência do país, que, em 1971, foi denominado República do Zaire.

Em 1997, em meio a uma verdadeira guerra civil, Mobutu saiu do Zaire, que passou a ser controlado pelos revolucionários que proclamaram a República Democrática do Congo.

## 8. O FIM DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

Portugal foi o pioneiro nas Grandes Navegações dos séculos XV, XVI e XVII. Em 1415, os portugueses iniciavam a conquista de novos mundos, com a tomada de Ceuta, no Norte da África.

A crise na qual mergulhou o Império Português, no século XVII, levou à perda de grande parte de suas colônias para os espanhóis, holandeses e ingleses.

Durante o neocolonialismo, na segunda metade do século XIX, as possessões portuguesas ficaram reduzidas a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

### □ Angola

Em 1956, foi fundado o Movimento Popular pela Libertação da Angola, MPLA, que, em 1961, desencadeou as lutas pela independência, sob a liderança do poeta Agostinho Neto.

Outros dois movimentos surgiram dentro do processo de lutas de independência: a União Nacional para a Independência Total de Angola, UNITA, e a Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA.

Em 1974, foi assinado o Acordo de Alvor, segundo o qual os portugueses reconheceriam a independência de Angola em 1975, devendo ser formado um governo de transição pelo MPLA, UNITA e FNLA.

Os três grupos iniciaram entre si uma série de divergências que culminaram com uma guerra civil e a invasão do país por tropas do Zaire e da África do Sul (apoiados pela FNLA e UNITA, respectivamente), que recebiam ajuda militar norte-americana.

O MPLA, liderado por Agostinho Neto, solicitou, então, ajuda de Cuba, e, em 1976, derrotou as forças da UNITA e da FNLA.

### □ Moçambique

Em 1962, foi criada a Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo, por Eduardo Mondlane, que iniciou as lutas pela independência.



Samora Machel, em 1969, assumiu a direção do movimento, que disputou, através da guerrilha, o controle do território.

Em 1975, Portugal reconheceu a independência da República Popular de Moçambique.

### ☐ **Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**

Amílcar Cabral, em 1956, fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, PAIGC, que desencadeou a luta pela independência, em 1961.

Em 1973, mais da metade do território da Guiné estava sob domínio do PAIGC. Nesse ano, Amílcar Cabral foi assassinado e assumiu Luís Cabral a presidência da recém-proclamada República Democrática Anti-imperia-

lista e Anticolonialista da Guiné.

Em 1974, o governo português reconheceu a independência da Guiné.

Em 1975, Cabo Verde teve sua independência reconhecida por Portugal.

São Tomé e Príncipe, no mesmo ano que Cabo Verde, viu sua independência reconhecida por Portugal.

Em 25 de abril de 1974, ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal, marcando a ascensão de um regime democrático que substituiu o governo fascista do presidente Américo Tomás e do primeiro-ministro Marcelo Caetano, já enfraquecido com a morte de Oliveira Salazar em 1970, que governava Portugal desde 1932.

O novo governo, empossado em 1974, reconhecia no ano seguinte a independência das colônias, o que

significou a desintegração do Império Colonial Português.

## 9. CONSEQUÊNCIAS DA DESCOLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA

A principal consequência do processo de descolonização afro-asiática foi a criação de um novo bloco de países que, com a América Latina, compôs o Terceiro Mundo.

Essa denominação deve-se ao fato de que os países originados desses processos de independência acabaram por manter vínculos de dependência econômica com os países capitalistas desenvolvidos (Primeiro Mundo) ou com países socialistas desenvolvidos (Segundo Mundo).

### 10. CRONOLOGIA

**1920** – Início da independência da Índia.

**1946** – Independência das Filipinas.

**1947** – Inglaterra reconhece a independência da Índia.

**1948** – Assassinato de Gandhi e

independência da Birmânia.

**1949** – Independência da Indonésia.

**1951** – Independência da Líbia.

**1952** – República do Egito.

**1956** – Independência do Marrocos, Sudão e Tunísia.

**1957** – Independência da Malásia.

**1960** – Início da Guerra do Vietnã.

**1975** – Vitória vietnamita (norte) na Guerra.

– Independência de Angola e Moçambique.

**1976** – Reunificação do Vietnã.

**1980** – Independência do Zimbábue.

## MÓDULO 30

### A Revolução Chinesa

#### 1. INTRODUÇÃO

Embora a civilização chinesa tenha sido responsável pelo advento da modernidade na Europa Ocidental, por meio de suas invenções como a pólvora, o papel e a bússola, a China acabou transformando-se em área de influência do imperialismo europeu e norte-americano.

#### 2. AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO

A exploração promovida pelo capitalismo monopolista agravou a miséria que atingia milhares de chineses, mas permitiu que os oficiais militares chineses, aproveitando a facilidade em obter armas modernas e rápidos meios de transporte, procurassem impor, cada um em sua região, sua dominação local. Essa situação foi responsável pelas guerras civis que arruinaram a agricultura do país.

Foi nesse quadro que surgiu, em 1905, o Kuomintang (Partido Popular Nacional), organizado por Sun Yat-Sen, que defendia a transformação da China através de uma revolução socioeconômica. Logo depois, foi proclamada a República, por Yuan Che-Kai, que recebeu apoio de Sun Yat-Sen. A partir de 1917, o comunismo fez numerosos adeptos entre os jovens, com o apoio da União Soviética, que pretendia formar na China um grande partido.

Apoiado pelos soviéticos, Sun Yat-Sen instalou um governo em Cantão, opondo-se a Yuan Che-Kai, que havia abolido a República e criado um novo império. Com a morte daquele, em 1925, o general Chiang Kai-Shek assumiu o poder e perseguiu os comunistas que, fugindo ao massacre, foram obrigados a empreender a Longa Marcha, avançando 10 mil km em direção à Província de Shensi, sob a liderança de Mao Tsé-Tung.

Em 1937, a China foi invadida pelos japoneses, viabilizando uma aliança entre os comunistas e o Kuomintang e permitindo a formação do Exército Popular de Libertação, com a presença maciça de camponeses.

#### 3. O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, contando com um numeroso exército e com o apoio dos Estados Unidos, Chiang Kai-Shek procurou eliminar os comunistas. Porém, Mao ordenou a distribuição de terras ao campesinato e fortaleceu o Exército Vermelho. Com isso, em fins de 1947, seu poderio equivalia ao das forças de Chiang.

Os comunistas avançaram e o general foi obrigado a refugiar-se na ilha de Formosa, de onde pretendia retornar ao continente. Mas a 1.º de outubro de 1949, com o país inteiramente dominado pelo Exército Vermelho, foi proclamada a República Popular da China.

## 4. AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

As mudanças provocadas pela revolução já haviam sido previstas por Mao em seu texto *Sobre a Nova Democracia*.

Em 1949, começou a reforma agrária. Três anos depois, os pequenos proprietários foram agrupados em cooperativas e, em 1958, em comunas populares. Até 1962, houve crise na agricultura, levando os dirigentes a promover a centralização do sistema de comunas, obtendo daí melhores resultados, com a utilização do princípio do investimento-trabalho. Todas as indústrias foram nacionalizadas, passando para o controle do Estado ou das cooperativas.

O Primeiro Plano Quinquenal da China comunista visou ao desenvolvimento industrial, priorizando a indústria pesada e de equipamentos. No Segundo Plano Quinquenal, além da indústria pesada, foram realizados investimentos em usinas hidroelétricas e indústrias de fertilizantes químicos. A coincidência entre esse plano e a criação das comunas rurais deu origem a um vasto programa de modernização, o “Grande Salto para a Frente”. O Terceiro Plano Quinquenal, iniciado em 1966, previa aumento dos investimentos na indústria de base, com ênfase na produção de aço, petróleo, fertilizantes, produtos químicos.

O fracasso do “Grande Salto” fortaleceu os opositores de Mao, que tentaram seguir o exemplo da União Soviética. Porém, a intervenção chinesa na Índia fortaleceu a posição do exército e permitiu a Mao o início da Grande Revolução Cultural Proletária, desencadeada em 1966. Sua finalidade era o combate à política econômica pragmática baseada em incentivos materiais e individuais. Pretendia também promover uma depuração dos quadros existentes, com o aproveitamento principalmente dos jovens.

Essa “revolução dentro da revolução” provocou o aparecimento de violentas oposições, descontentando, inclusive, líderes radicais como Lin Biao, ministro da Defesa.

Com a morte de Mao, em 1976, a luta pelo poder foi renovada.

Em 1988, foi escolhido Li Peng para o cargo de primeiro-ministro, que adotou uma posição rígida contra a abertura do regime comunista, apesar do clima de distensão entre russos e norte-americanos, na época. Mas a população chinesa, principalmente os estudantes, pressionou o governo por mais liberdade. O auge dessas reivindicações se deu em maio de 1989. Os estudantes foram para as ruas, exigindo liberdade política, o fim da corrupção e dos privilégios da burocracia estatal.

Em junho daquele ano, em vez de acenar com medidas democratizantes, o governo agiu com extrema violência. Foi a “Primavera de Pequim”.



*Liderando as forças comunistas, Mao derrotou o Kuomintang de Chiang Kai-Shek.*

## 5. A POLÍTICA EXTERIOR CHINESA

O professor José Jobson de A. Arruda afirma que, no plano das relações exteriores, a China invadiu o Tibete e apoiou a Coreia do Norte na Guerra da Coreia, em 1950. As relações com a União Soviética eram muito importantes para os chineses, que estavam isolados em relação ao Ocidente. Porém, quando os soviéticos adotaram, a partir do XX Congresso do PCUS, a política de coexistência pacífica com o Ocidente, a China criticou-os severamente. Em represália, no ano de 1960 os soviéticos retiraram seus técnicos da China e suspenderam toda a ajuda financeira que davam ao país. O conflito tornou-se aberto após a Revolução Cultural, quando os chineses qualificaram os soviéticos de “social-imperialistas”, considerando-os como os principais inimigos da China.

Em 1964, a China explodiu sua primeira bomba nuclear. Em 1969, che-

gou a haver choques armados entre tropas soviéticas e chinesas ao longo da fronteira entre os dois países. Em 1971, a China ingressou na ONU em substituição à China Nacionalista (de Formosa). No ano seguinte, aproveitando o distanciamento existente entre a China e a União Soviética, o presidente norte-americano Richard Nixon visitou o país, dando início à reaproximação sino-americana. O resultado foi o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países em 1979. Nesse mesmo ano, tropas chinesas invadiram o Vietnã.

Em 1985, China e Inglaterra ratificaram um acordo, assinado no ano anterior entre os primeiros-ministros Zhao Ziyang e Margaret Thatcher, pelo qual o território de Hong-Kong, com 5 milhões de habitantes e terceiro centro financeiro do mundo, passaria para a China em 1997, constituindo-se numa região administrativa especial da China, conservando, porém, as características do sistema capitalista durante cinquenta anos, a contar de 1997.

Futuro semelhante esperou Macau, enclave português na costa chinesa, a 2100km de Pequim. A transferência da administração chinesa teve lugar em 1999, tornando incerto o futuro da população ligada a Portugal. Esperam os líderes portugueses que os chineses não ignorem o passado histórico e cultural lusitano presente no enclave.

## 6. CRONOLOGIA

- 1921** – Fundação do Kuomintang.
- 1925** – Longa Marcha.
- 1937** – Invasão japonesa na China.
- 1939** – Início da 2.ª Guerra Mundial.
- 1949** – Revolução Chinesa e criação da República Popular da China.
- 1953** – Primeiro Plano Quinquenal.
- 1958** – Grande Salto para a Frente.
- 1966** – Revolução Cultural.
- 1971** – Ingresso da China na ONU.
- 1976** – Morte de Mao Tsé-Tung.
- 1979** – Reatamento das relações diplomáticas da China com os EUA.
- 1989** – Primavera de Pequim.